

ABRIL DE DOIS MIL E QUATRO

Aos catorze dias do mês de Abril de dois mil e quatro, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara e os senhores Vereadores João António Abrantes Caldeira, Helena Maria Freire Paixão, João Miguel Amaro Marques, Leonardo Manuel Valido Maia, Agostinho Petronilho Simão e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos:

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

- A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**
- B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA**
- C) INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DO MONUMENTO AO BOMBEIRO**

2. OBRAS E SANEAMENTO

- A) EMPREITADA DE INSPECÇÃO ÀS OBRAS DE ARTE DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL**
- B) EMPREITADA DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE FAZENDAS DO CORTIÇO**

3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- A) CONTABILIDADE**
- B) SECÇÃO DE PESSOAL**
- C) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO**

4. SÓCIO-CULTURAL

- A) SUBSÍDIO À ESCOLA DE MÚSICA DA CARLISTA**
- B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO À CASA DO POVO DE LAVRE**
- C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE DE TÊNIS DE MONTEMOR-O-NOVO**
- D) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS**

5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

- A) PROJECTO GAPS (LIFE 03 NAT/P/000018) – PROTOCOLO A ESTABELECEER COM O PARCEIRO, INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**
- B) PROTOCOLO DE CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO A ESTABELECEER COM A “REFER” COM VISTA À INSTALAÇÃO DE UMA “ECOPISTA” NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO**
- C) PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-NOVO E A CERCIMOR – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE MONTEMOR-O-NOVO**
- D) PROJECTO REAGIR (LIFE 03 ENV/P/000506) – PROPOSTA DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DA UNIDADE PILOTO DE**

RECICLAGEM DE ENTULHO E PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA E DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

E) CEMITÉRIO MUNICIPAL DE S. FRANCISCO

F) REQUERIMENTOS

6. PROPOSTA DE ACORDOS ESPECÍFICOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE LAVRE E NOSSA SENHORA DA VILA

7. CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2003

8. SINDICÂNCIA À DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

9. PROGRAMA DO CASTELO/ARQUEOLOGIA

10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

11. PROJECTO DE ACTA N.º 6

12. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

Período antes da ordem do dia

Congresso da ANMP

Em intervenção inicial referiu-se o senhor Presidente ao Congresso da ANMP que teve lugar nos passados dias dois e três de Abril na Ilha da Madeira subordinado a três grandes temas: a organização do estado, instrumentos de planeamento e financiamento do Poder Local e dois temas específicos ligados às questões do Turismo e Protecção Civil.

Disse depois o senhor Presidente ter-se tratado de um Congresso que teve na sua preparação uma situação diferenciada do habitual, tendo em conta que em anteriores Congressos o Conselho Directivo promovia reuniões com as autarquias para recolha de posições que estas entendessem tomar, no sentido de as apresentar à discussão no Congresso e era nessa base que os documentos de trabalho eram apresentados aos Congressistas, procedimento esse que sempre encontrou uma resposta positiva e deu bons resultados em anteriores realizações.

Contudo (continuou), este ano o Conselho Directivo optou por uma preparação diferente, convidando três especialistas que elaboraram outros tantos documentos sobre temas diferentes e a partir desses textos técnicos foram promovidas reuniões para que os Presidentes das Câmaras do país se pronunciassem sobre eles. No distrito de Évora teve lugar apenas uma reunião realizada em Vila Viçosa, tardiamente convocada e na qual não participou um dos especialistas convidados, precisamente o responsável pelo documento que abordava a temática do financiamento do Poder Local. Entretanto, a dois dias da realização do Congresso os Delegados foram confrontados com a documentação remetida pela ANMP contendo textos com propostas preocupantes.

Exemplo disso referiu o senhor Presidente que em termos de ordenamento do território não surgia qualquer referência à regionalização, acentuando, em sua substituição, as denominadas Áreas Metropolitanas e Entidades Intermunicipais apontando até no sentido da construção e gestão de Centros de Saúde, Tribunais e Lares de Terceira Idade, passar para a responsabilidade das autarquias.

Referiu por outro lado que na vertente do financiamento das autarquias, pela primeira vez desaparecia dos documentos a referência à reivindicação central das autarquias, consubstanciada na necessidade do financiamento dos municípios dever assentar numa descentralização e melhor repartição do financiamento a partir do poder central, sugerindo-se que os municípios fixem impostos para se auto-financiarem, através do lançamento de derramas sobre o IRS e sobre o consumo.

Tais questões suscitaram uma discussão algo atribulada no seio do Congresso, dizendo o senhor Presidente ter sido possível ainda assim melhorar os textos apresentados, em que desapareceu a ideia de aumentar a carga fiscal, colocando-se antes a questão da melhor repartição do financiamento e a regionalização voltou

a ser incluída nos documentos, levando a que mesmo assim no tocante às competências, o Município de Montemor, como muitos outros, se tenha absterido na votação.

A concluir referiu o mesmo edil que o Congresso acabou por decorrer de forma positiva, havendo que registar a preocupante situação evidenciada pelos documentos que se reflecte num conjunto de áreas, dado que sendo textos preparados com o aval do Conselho Directivo da ANMP, significa que existirá vários municípios a admitir as ideias preconizadas nos documentos, o que representa uma comprometedora ameaça na vida das autarquias.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Maia dizendo ser de alguma forma previsível que o desfecho fosse aquele que foi relatado, tanto mais que estando à frente da ANMP pessoas da mesma área ideológica do governo, seria de admitir que surgisse a procura de transferência de responsabilidades do poder central para as autarquias, pretendendo dessa forma o governo resolver os seus problemas à custa de maiores tributações sobre os contribuintes, o que a verificar-se representaria uma mediada profundamente injusta e incompreensível, situação que, como disse, sendo esperada, é preocupante.

Questionou por último o senhor Vereador Maia quanto à razão que sustentou o voto de abstenção do Município de Montemor e porque não o voto contra, na medida em que a abstenção foi tomada por discordância com os documentos que estavam a ser objecto de votação e bem assim qual terá sido a percentagem de abstenção registada.

Em resposta disse o senhor Presidente que o Congresso funcionou em três secções distintas, tendo o próprio participado no painel sobre o financiamento das autarquias, onde propôs um conjunto de alterações que mereceram uma reacção de incómodo inicial por parte da Mesa dos trabalhos, mas que depois de amplamente discutido, foi possível chegar a um documento mais consensual. Paralelamente, também nas outras duas secções as coisas decorreram de idêntica forma, tendo um conjunto de propostas de alteração sido igualmente aceites, razão pela qual se apresentava demasiado radical tomar a posição de votar contra, tendo sido entregue uma declaração de voto.

Concluiu dizendo que a abstenção deverá ter rondado aproximadamente os cinquenta por cento.

Comemorações do 30º. Aniversário do 25 de Abril

Tal como já havia sido abordado, informou o senhor Presidente que as comemorações dos trinta anos de Abril deverão contar com uma sessão solene em que usarão da palavra as forças políticas com representatividade nos órgãos políticos concelhios, sendo também ser enviado um convite ao senhor Governador Civil para participar na cerimónia que decorrerá nos moldes habituais, com as intervenções previstas.

Questionou depois o senhor Vereador Queiroz se todos os Órgãos de Soberania foram convidados, dado que o Governador Civil é o representante do Governo no Distrito.

Em resposta disse o senhor Presidente que o senhor Governador Civil é convidado a tomar parte na Mesa e que todas as instituições referidas são convidadas a estar presentes.

Perguntou depois o senhor Vereador Agostinho sobre o tempo que caberá a cada força política para intervir.

Em resposta disse o senhor Presidente que deverá ser dentro daquilo que habitualmente se pratica, ou seja, entre dez a quinze minutos.

Informou por último o senhor Vereador Maia não poder participar na cerimónia, atendendo a que nessa data se encontrará nos Açores a participar num Congresso.

Intervenção no Moinho do Ananil

Reportando-se depois à questão levantada em anterior reunião de Câmara pelo senhor Vereador Agostinho acerca do Moinho do Ananil, informou o senhor Presidente que, de acordo com a deliberação tomada em reunião de Câmara, o processo em questão baixou aos Serviços para melhor análise, constatando-se entretanto que a casa não possui as condições mínimas de habitabilidade, mas que ainda assim deverá voltar em breve a reunião de Câmara para deliberação.

Bandas Sonoras

Intervio depois o senhor Vereador Leonardo Maia para manifestar a sua discordância quanto à insuficiência do número de bandas sonoras colocadas à entrada da cidade na EN 2, referindo que deveriam ser instaladas mais duas bandas, uma próximo da rotunda descentrada à entrada da cidade e outra junto à Quinta de D. Francisco (sentido Montemor/Mora), dado que esse troço continua ainda a servir de pista de velocidade para alguns automobilistas.

Referiu ainda que sobre o assunto a senhora Vereadora Helena Paixão havia ficado de tratar tal questão com os técnicos, sendo nesse sentido que solicitou informação sobre a análise técnica que o assunto em questão eventualmente já tenha merecido.

Em resposta disse a senhora Vereadora que já estava prevista a instalação de uma das lombas (junto à rotunda), tendo solicitado em relação à outra lomba o parecer dos Serviços, do qual até ao momento ainda não lhe foi dado conhecimento.

Usou depois da palavra o senhor Presidente referindo que em seu entender a última banda sonora que é sugerido colocar à saída da cidade não se justifica, essencialmente por se encontrar muito para além da zona urbana.

Comparticipação ao Clube de Ténis

Conforme proposta por si apresentada na altura em que os representantes do Clube de Ténis estiveram presentes no período de atendimento numa das últimas reuniões de Câmara solicitando apoio para realização de um Torneio de Ténis, disse o senhor Vereador Maia já ter procedido à entrega à referida Instituição do valor por si alvitrado de cinquenta euros, dando assim corpo à ideia por si preconizada de que as instituições devem pelos seus próprios meios dinamizar as suas actividades, sem que a Câmara mantenha a sua eterna atitude paternalista.

Regulamento de apoios às Instituições

O senhor Vereador Agostinho solicitou depois informação sobre a data de realização da reunião extraordinária para aprovação do Regulamento sobre subsídios e apoios a conceder às Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e de carácter Social, sem fins lucrativos, do concelho.

Em resposta disse o senhor Presidente ter sugerido uma data em Abril tendo o senhor Vereador Maia solicitado uma outra data, dado estar ausente de Montemor como já tinha informado, pelo que o senhor Presidente apontou que no início do mês de Maio haverá condições para se poder marcar a data para realização da reunião destinada a tratar o assunto em questão.

Pagamento às Oficinas do Convento

Seguidamente solicitou o senhor Vereador Agostinho informação sobre a natureza de um pagamento que consta da listagem de ordens de pagamento presente nesta reunião de Câmara, onde surge inscrita uma verba de três mil euros paga à Associação Oficinas do Convento, sob a descrição “duodécimos de Janeiro, Fevereiro e Março”.

Em resposta informou o senhor Presidente que embora não tendo presente a ordem de pagamento em causa, lhe é dado presumir que a mesma se refira ao Protocolo assinado com a referida Associação para recuperação do Convento de S. Francisco, o qual prevê que os respectivos pagamentos sejam faseados.

Requerimento

Em intervenção seguinte o senhor Vereador Queiroz apresentou o requerimento do teor seguinte:

“Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereador, vem requerer cópia do ofício n.º 2776 – AO/PC de 23 de Março de 2004, dirigido pelo Presidente da Câmara à Repartição de Finanças de Montemor-o-Novo, que se me refere pessoalmente.”

Correspondência da Câmara Municipal

Disse depois o senhor Vereador Queiroz ter recebido duas cartas da autarquia, assinadas pelo senhor Presidente da Câmara, às quais respondeu. Se tal se vier a revelar necessário, delas oportunamente dará conhecimento à Câmara (concluiu).

Academia Olímpica Nacional

Informou seguidamente o senhor Vereador João Marques ter decorrido na passada semana em Montemor-o-Novo, a reunião anual da Academia Olímpica Nacional, para a qual a Câmara contribuiu com apoio logístico.

Jogos da Juventude Raiana

Ainda pelo senhor Vereador João Marques foi informado ter tido lugar na passada semana, em Montemor-o-Novo e Vendas Novas, com organização e coordenação da Associação de Municípios de Évora e da Associação de Municípios do Norte Alentejano, os Jogos da Juventude Raiana, que contaram com a participação de cerca de mil jovens portugueses e espanhóis.

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS

No âmbito supracitado a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou os seguintes processos:

Processos de licenciamento

De: MANUEL GABRIEL DOS SANTOS MALHÃO, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de ampliação e remodelação de um edifício com dois pisos sito no Terreiro das Pinas, n.º 8, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 05/04/2004

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: JOSÉ MANUEL, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para construção de uma moradia unifamiliar de um piso e muro de vedação, a erigir na Rua Catarina Eufémia, lote 2, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 05/02/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: DULCE MARIA PINEQUE HOMEM SILVA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a legalização das alterações efectuadas na construção de moradia unifamiliar de um piso, sita na Rua Humberto Delgado, lote 17, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 01/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: ANA ISABEL DA SILVA MANÇOS, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de uma moradia de um piso a erigir na propriedade denominada por “Alhos Vedros”, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável Manuel Vitorino Amaro, número 343.

Data de entrada do requerimento: 01/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termos de responsabilidade do técnico.

De: JOSÉ DOMINGOS VITORINO PERDIGÃO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para construção de uma moradia de um piso a erigir na Rua Direita, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 03/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade condicionalmente de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: INÁCIO DAVID DA SILVA, requerendo informação prévia, sobre a construção de uma habitação na propriedade denominada por “Courela Nova”, freguesia de S. Cristóvão.

Data de entrada do requerimento: 13/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da DAU.

De: TEODÓSIO MANUEL GALEANO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de uma moradia de dois pisos sito no Loteamento de S. Domingos e à Horta e Ferragial das Almas, lote n.º 24, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável José Maria dias de Oliveira, número 294.

Data de entrada do requerimento: 28/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termos de responsabilidade do técnico.

De: ANTÓNIO AUGUSTO MATIAS DA SILVA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da 2ª fase da obra de alteração e ampliação de uma moradia sita na propriedade denominada por “Courela da Fontana”, Baldios, freguesia de Cabrela, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 20/11/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termos de responsabilidade do técnico.

De: MANUEL FRANCISCO BATINAS CANIVETE, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para construção de uma moradia de um piso a erigir na propriedade denominada por “Courela do Coelho”, S. Brissos, freguesia do Escoural, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 30/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: SERAFIM DA CRUZ DUARTE PINTO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, estabilidade e autorização da obra de construção de uma piscina a levar a efeito na Rua Humberto Delgado, n.º 12, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 30/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU e termos de responsabilidade do técnico.

De: MANUEL ANTÓNIO VEIGA DE OLIVEIRA BARBOSA E OUTRA, requerendo aprovação do aditamento ao projecto de arquitectura para remodelação e reabilitação de um anexo habitacional sito na

Rua Machado dos Santos, n.º 1, freguesia de Lavre, tendo como técnico responsável Dinis José Dionísio Neves Serrão.

Data de entrada do requerimento: 20/02/2004

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: CARLA SOFIA DUARTE DA SILVA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de moradia unifamiliar de um piso, sita na Rua Humberto Delgado, n.º 2, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 01/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: TERRADO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício destinado a armazém a levar a efeito no lote n.º 10 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 01/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: TERRADO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades à excepção do projecto de Telecomunicações, da obra de construção de um edifício destinado a armazém a levar a efeito no lote n.º 15 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 03/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: TERRADO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício destinado a armazém a levar a efeito no lote n.º 13 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 10/02/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: TERRADO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício destinado a armazém a levar a efeito no lote n.º 14 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 10/02/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: LEIRIMUNDO, CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A., requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício plurifamiliar de três pisos e cave, a levar a efeito no lote n.º 12 do Loteamento a S. Domingos e à Horta e Ferragial das Almas, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Laurindo Simão Martins, número 143. e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 27/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: J. ESCUDEIRO, LDA., requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício plurifamiliar de três pisos e cave, a levar a efeito no lote n.º 11 do Loteamento a S. Domingos e à Horta e Ferragial das Almas, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Laurindo Simão Martins, número 143 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 27/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: TERRADO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício destinado a armazém a levar a efeito no lote n.º 16 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 03/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: MANUEL FERNANDO MIRANDA RIBEIRO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e autorização da obra de construção de um edifício destinado a armazém a levar a efeito no lote n.º 11 do Loteamento do Terrado, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Marco Paulo Vaz Monteiro, número 271 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 01/03/2004

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Sr.ª. Vereadora Helena Paixão de 02.04.2004)

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

Vistorias

De: ARCOFOROS – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA, para aditamento da constituição de imóvel em propriedade horizontal, sito na Urbanização de S. Domingos, lote n.º 15, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 25/03/2004

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria da comissão técnica de vistorias.

De: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO (HUGO MIGUEL DA SILVA PARREIRA), para verificação de condições de insalubridade do prédio sito no Largo Professor Banha de Andrade, n.º 7, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 12/06/2003

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria da comissão técnica de vistorias.

Requerimentos diversos

De: MANUEL FRANCISCO CANIVETE, requerendo emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sita no prédio rústico denominado por “Courela do Coelho”, freguesia de Escoural.

Data de entrada do requerimento: 30/01/2004

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: MARIA JOANA MARTINS, requerendo emissão de certidão para legalização e anexação de logradouros, do prédio rústico sito em S. Geraldo, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 16/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: GENTIL & NATÁLIA, LDA., requerendo emissão de alvará de licenciamento Higio-Sanitário, para venda de pão e produtos afins, na unidade móvel ligeira de mercadorias de caixa fechada, com a matrícula 03-98-TC.

Data de entrada do requerimento: 26/03/2004

Tem parecer do Centro de Saúde

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria do Delegado de Saúde.

B) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão interveio para apresentar as seguintes propostas no âmbito supracitado:

De: FRANCISCO MANUEL AMADOR ANDRÉ

Local da Obra: Rua de Aviz, nº 46 – Montemor-o-Novo

Apresentado em Reunião de Câmara de 03/03/2004, tendo sido aprovado o valor da comparticipação de 2.370,00 euros.

Tendo em conta a necessidade de esclarecimento de algumas questões relacionadas com o processo em apreço, propôs a senhora Vereadora que o mesmo baixasse aos serviços para melhor análise.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade mandar baixar o processo aos Serviços para melhor análise, tendo o senhor Presidente estado ausente desta votação por impedimento de ordem legal.

De: MARIA JÚLIA FREIXO

Local da Obra: Rua de Aviz, nº 79 – Montemor-o-Novo

Data de entrada do requerimento: 07/10/2003

Valor da Obra: 7.310,00 euros

Valor da Comparticipação: 2.500,00 euros

Subsistindo-lhe dúvidas quanto ao enquadramento em termos económicos da requerente no Programa Municipal de Recuperação de Habitação Degradada, propôs o senhor Presidente que o processo baixe aos Serviços para melhor análise.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho referindo que, tal como é do conhecimento público, a requerente pertence a família detentora de importante património imobiliário, vindo a situação em causa ao encontro daquilo que sempre tem defendido, ou seja, que o Relatório Social é imprescindível, dado que pela simples análise da declaração de rendimentos, esta e outras requerentes enquadram-se nos parâmetros do Regulamento e só o Relatório Social pode, de uma forma cruzada, aprofundar outras fontes de riqueza que os interessados possuam.

Disse depois a senhora Vereadora Helena Paixão que ao nível jurídico está a ser analisada a possibilidade da Câmara solicitar informação a entidades oficiais sobre outras fontes de rendimento e/ou valores patrimoniais que não sejam descritos nas declarações de IRS e/ou nos recibos de reforma.

Sobre o caso em concreto e na ausência de elementos mais precisos, disse a senhora Vereadora concordar com o aprofundamento da situação relativa à requerente, fazendo baixar o processo aos Serviços, para melhor análise.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade mandar baixar o processo aos Serviços para melhor análise.

C) INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA DO MONUMENTO AO BOMBEIRO

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão procedeu à apresentação do projecto de Integração Paisagista do Monumento ao Bombeiro.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Integração Paisagista do Monumento ao Bombeiro.

2. OBRAS E SANEAMENTO

A) EMPREITADA DE INSPECCÃO ÀS OBRAS DE ARTE DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

Fazendo depois uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou a seguinte proposta no âmbito supracitado:

“De acordo com a Acta da Abertura de Propostas os concorrentes admitidos são: isq – instituto de soldadura e qualidade, 8 370, 00 €; Betar Consultores, Lda., 4 000, 00 €.

Foi analisada a capacidade técnica e financeira dos concorrentes, verificando-se a sua aptidão para a execução do serviço.

Dispensando-se a audiência prévia, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do D.L. 197/99, propõe-se a adjudicação do serviço à empresa Betar Consultores, Lda pelo valor de 4 000, 00 € (quatro mil euros).

Desta decisão deverá ser dado conhecimento aos concorrentes.”

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, adjudicar o serviço de “*Inspecção às obras de Arte da Rede Viária Municipal*”, à firma Betar Consultores, Lda., pelo valor de quatro mil euros, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

B) EMPREITADA DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE FAZENDAS DO CORTIÇO

Seguidamente voltou a usar da palavra o senhor Vereador Caldeira, para apresentar a proposta seguinte sobre a empreitada referida em epígrafe:

“Em virtude dos trabalhos da empreitada em epígrafe, verificou-se a necessidade de execução de trabalhos a mais não contemplados nas medições do projecto inicial. Assim foi solicitado ao adjudicatário a apresentação de proposta com lista de preços unitários respectivos, a qual se transcreve em anexo.

Considera-se que os mesmos devem ser considerados, pelo que se propõe à Câmara Municipal a sua aprovação e conseqüente autorização de execução.

Os trabalhos podem ser facturados sob a forma de Trabalhos a Mais Contratuais da empreitada em epígrafe, que totalizam 30.073,45 € (Trinta mil e setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos). A este valor será acrescido o IVA à taxa legal em vigor.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a realização de trabalhos a mais contratuais a efectuar na empreitada de “*Redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas do aglomerado de Fazendas do Cortiço*”, ficando os mesmos a cargo da firma MARPE – Construções e Instalações Técnicas, S.A., totalizando o valor de trinta mil setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A) CONTABILIDADE

A Câmara tomou conhecimento da informação relativa às autorizações de pagamento de despesa orçamental emitidas entre o número dois mil trezentos e quarenta e dois a dois mil seiscentos e quarenta e oito, no valor de trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e dez euros e oitenta e quatro cêntimos.

B) SECCÃO DE PESSOAL

Interveio depois o senhor Presidente para apresentar a proposta de alteração ao Quadro de Pessoal da autarquia, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes, o qual nos termos da lei aqui se dá por integralmente reproduzido.

Sobre a referida proposta disse depois o senhor Presidente que normalmente se procura fazer as alterações que se mostrem necessárias em conjunto com a aprovação das Opções do Plano e Orçamento. Contudo, o facto de se continuar a aguardar pelas tão propaladas transferências de competências para as autarquias, levou a que se atrasasse a apresentação da proposta de alteração ao Quadro de Pessoal, situação que tem vindo a penalizar alguns trabalhadores em termos de evolução na carreira, sendo de admitir que ao longo do presente ano ainda se tenha que proceder à sua adaptação, face à evolução do processo de transferência de competências em curso.

Em suma disse o senhor Presidente que a proposta em análise trata de dar corpo a algumas adaptações decorrentes da evolução profissional de funcionários que progrediram na carreira, com vista a adequar a sua posição funcional à respectiva categoria profissional e ainda algumas necessidades dos serviços.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz referindo que a proposta apresentada carece de fundamentação, constituindo-se de um conjunto de números sem qualquer explicação.

No mesmo âmbito disse que um quadro de pessoal é um instrumento de gestão para toda a Câmara, um indicador das prioridades em recursos humanos no plano organizativo para pôr em prática as competências da autarquia. Apesar de o Presidente da Câmara ter tido em reunião camarária no início do mandato que iria informando o órgão sobre a sua gestão de pessoal, o facto é que até ao momento nunca o fez, pelo que este documento não passa de uma mera formalidade sem interesse prático para quem não tem acesso às informações. Não tem qualquer texto explicativo ou fundamentador das opções.

Na sequência do que havia sido o teor da sua intervenção inicial voltou o senhor Presidente a fazer uso da palavra para dizer que a proposta em apreço consubstancia ajustes e necessidades pontuais dos Serviços.

Não tendo sido disponibilizada uma explicação mais detalhada em anexo à proposta, o senhor Presidente forneceu no entanto uma informação verbal pormenorizada sobre cada uma das alterações que são propostas no documento.

Disse por outro lado, que embora não sendo obrigatório, irá providenciar, tal como havia prometido, no sentido de futuramente passar a ser disponibilizada à Câmara uma informação sobre as movimentações de pessoal ocorridas, ainda que anualmente sejam afixados para consulta pública os quadros de pessoal com evolução e cessação de lugares.

Voltou a intervir o senhor Vereador Queiroz para referir que nesta autarquia a Câmara Municipal não é sequer informada sobre as pessoas que ocupam os cargos dirigentes, os Vereadores cruzam-se nos corredores da Câmara com cidadãos e através de funcionários vêm a saber que serão novos dirigentes e contratados. Paralelamente disse ainda que a legislação actual cria as condições para uma excessiva e muito negativa partidarização dos aparelhos municipais, situação agravada por permitir a centralização numa única pessoa de um conjunto de decisões que envolvem parte significativa dos recursos públicos e o funcionamento da própria administração pública.

Interveio ainda o senhor Presidente referindo que subscreve parte da intervenção do senhor Vereador Queiroz quanto à gestão de pessoal, defendendo que todas as questões referidas deveriam ser da competência da Câmara e não exclusivas do Presidente. À defesa de tais princípios correspondeu uma prática por si promovida, mesmo quando a legislação foi alterada, continuando então a fazer aprovar em reunião de Câmara os processos referentes a pessoal. Contudo, o Tribunal de Contas começou a não visar os contratos, fundamentando a sua decisão no facto da competência em causa ser exclusiva do Presidente e não da Câmara.

Deliberação: A proposta de alteração ao Quadro de Pessoal da autarquia foi aprovada por maioria, com três abstenções dos eleitos do MCPM.

Nos termos da lei a presente proposta deverá agora ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

C) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

Interveio depois o senhor Vereador João Caldeira para apresentar a proposta de cedência de instalações à Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo, nos termos seguintes:

“A Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo tem neste momento a sua sede no Largo Calouste Gulbenkian, em Montemor-o-Novo. As actuais instalações são manifestamente insuficientes para o desejável funcionamento de uma Junta de Freguesia, pelo que não é aceitável que a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo continue a ter lá a sua sede.

Uma opção será o arrendamento por parte desta Câmara Municipal de um espaço alternativo, a tempo limitado. O espaço que melhor reúne as condições necessárias para tal fim parece ser o anteriormente arrendado à EDP, SA, na Rua 5 de Outubro, em Montemor-o-Novo, o qual corresponde ao prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora do Bispo, sob o art.º 135 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Novo, sob o n.º 2540. Propõe-se então o arrendamento do referido edifício à Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo, pelo valor mensal de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), sendo o prazo no qual finda o arrendamento o momento em que estiverem concluídas as novas instalações da Junta de Freguesia.”

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho para perguntar de quem é a propriedade do edifício onde estão instalados os Serviços da Junta do Bispo, ao que o senhor Vereador Caldeira informou que o mesmo pertence ao senhor Macau.

Questionou depois o senhor Vereador Maia sobre a situação actual do projecto do novo edifício.

Em resposta disse o senhor Presidente que o projecto já está elaborado. Estava contudo previsto que a obra deveria avançar com recurso a locação imobiliária, tendo sido no entanto cortada essa a possibilidade por via do congelamento decretado pelo governo quanto à contracção de empréstimos para investimento, pelo que neste momento estão a ser estudadas outras possibilidades de conseguir fontes de financiamento alternativas. Por outro lado referiu também que a lei actual estará a ser revista, podendo vir a consagrar a possibilidade de, face ao novo texto legal, a Câmara de Montemor poder vir a recorrer a financiamento para a obra em questão, pelo facto de possuir uma baixa taxa de endividamento.

O senhor Vereador Maia solicitou depois informação sobre o uso que se pretende vir a dar ao espaço em questão.

Respondeu o senhor Vereador João Marques dizendo que em princípio se está a estudar a possibilidade de lá instalar os Serviços afectos à Rede Social, tendo por um lado em conta que o espaço onde actualmente funcionam os referidos Serviços não oferece o mínimo de condições por ter problemas de insalubridade, prevendo-se ainda que futuramente o serviço em causa venha a ter uma componente de atendimento, para o qual as actuais instalações não reúnem as condições mínimas exigíveis.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade

4. SÓCIO-CULTURAL

A) SUBSÍDIO À ESCOLA DE MÚSICA DA CARLISTA

Usou depois da palavra o senhor Vereador João Marques para apresentar a seguinte proposta:

“Na sequência da deliberação de Câmara de 4 de Fevereiro de 2004, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música.

Março/ 2004: 50 alunos x 9,00 Euros = 450,00 Euros

O valor total do subsídio ascende a 450,00 Euros (quatrocentos e cinquenta euros).”

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por maioria, com três abstenções dos eleitos do MCPM.

Declaração de voto dos Eleitos do MCPM:

“Abstemo-nos na votação de atribuição de subsídio porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

*A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.
A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pela associação que nos merece todo o respeito.”*

B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO À CASA DO POVO DE LAVRE

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques fez apresentação de nova proposta seguinte:

“A Casa do Povo de Lavre, no âmbito da actividade do departamento de música, organizou uma deslocação da Banda Filarmónica Simão da Veiga a Bruxelas, no período de 9 a 16 de Abril/ 04, onde irá efectuar um concerto dia 14 no Parlamento Europeu e outro no Consulado Europeu.

Face à importância artística, cultural e social desta iniciativa, a Casa do Povo de Lavre solicita a concessão de subsídio para fazer face às despesas de deslocação da banda a Bruxelas, nomeadamente deslocação, refeições e alojamento, cujo orçamento ascende a:16 290€

Propõe-se a concessão de um subsídio no valor de 2 500,00 Euros (dois mil quinhentos Euros), tendo como critério base 1/3 (um terço) do orçamento global num limite máximo de 2 500,00€.”

Referiu depois o senhor Vereador Maia que a proposta em apreço consubstancia, quando comparada com a proposta de atribuição de um subsídio ao Clube de Ténis, uma filosofia diferente, dado que nesta proposta existe auto-financiamento da entidade promotora da iniciativa, enquanto que por parte do Clube de Ténis tal não aconteceu, existindo tão somente um convite para que viesse junto da Câmara expor o pedido, quando já haviam sido formalizados prévios contactos com a autarquia sobre a atribuição do subsídio em causa.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por maioria, com três abstenções dos eleitos do MCPM.

Declaração de voto dos Eleitos do MCPM:

“Abstemo-nos na votação de atribuição de subsídio porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pela associação que nos merece todo o respeito.”

C) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE DE TÊNIS DE MONTEMOR-O-NOVO

Ainda no uso da palavra foi o senhor Vereador João Marques quem usou da palavra para apresentar a proposta do seguinte teor:

“Pela presente propõe-se o pagamento de 24.691,08 Euros (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e um euros e oito cêntimos), ao Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, referente ao subsídio a atribuir para a Obra de Arranjos Exteriores nas suas instalações.

A atribuição deste subsídio está em conformidade com o Protocolo aprovado em Reunião de Câmara do dia 17/03/2004 e cuja assinatura ocorreu em 02/04/2004.”

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por maioria, com três abstenções dos eleitos do MCPM.

Declaração de voto dos Eleitos do MCPM:

“Abstemo-nos na votação de atribuição de subsídio porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pela associação que nos merece todo o respeito.”

D) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS

Por último neste ponto da ordem de trabalhos interveio ainda o senhor Vereador João Marques para fazer a apresentação da proposta de alteração ao Regulamento das Piscinas Municipais, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e que nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

O senhor Vereador Agostinho Simão propôs depois alteração ao artigo décimo segundo da proposta de Regulamento, alargando o seu âmbito a portadores de feridas no corpo.

Pronunciou-se depois o senhor Vereador Leonardo Maia sobre o número de banhistas (1.537) constantes da referida proposta, considerando um número excessivo para permitir o uso da piscina nas melhores condições para todos os seus utentes. Para além desse aspecto referiu ainda o mesmo edil que deverá existir por parte de quem controla as entradas na piscina uma maior atenção ao transporte de malas térmicas para o interior da piscina.

Em resposta disse o senhor Vereador João Marques que esse é o número estipulado pelo Instituto de Desporto de Portugal. Quanto à questão das malas térmicas disse o mesmo autarca que a partir do momento em que o controle apertou, a situação melhorou substancialmente.

Em nova intervenção disse o senhor Vereador Maia que um equipamento como as Piscinas Municipais requer essencialmente qualidade e segurança, razão pela qual deve ter uma limitação máxima de utilizadores em simultâneo que permita usufruir do equipamento mantendo sempre os padrões de qualidade que se mostrem exigíveis.

Após discussão alargada sobre a questão do número de utilizadores em simultâneo da referida infraestrutura, chegou-se a acordo quanto às alterações a introduzir, tomando a Câmara a seguinte **Deliberação**: A proposta de alteração ao Regulamento das Piscinas Municipais foi aprovada por unanimidade, tendo sido introduzidas modificações aos artigos terceiro e décimo segundo, cujo texto final passa a ser o seguinte: Artigo décimo segundo: “... *doenças transmissíveis, feridas, bem como de inflamação...*”; Artigo terceiro, número quatro: “... *não haverá mais entradas nesse dia. Por motivos funcionais os Serviços de Gestão reservam-se no direito de definir uma lotação máxima inferior ao estipulado no n.º 3 do art.º 3.º.*”

5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) PROJECTO GAPS (LIFE 03 NAT/P/000018) – PROTOCOLO A ESTABELECEM COM O PARCEIRO, INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

No âmbito referido em epígrafe a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou a proposta do teor seguinte:

“Na sequência da 1ª reunião de trabalho do projecto GAPS e discussão técnica dos conteúdos dos Protocolos efectuada com os representantes de cada entidade parceira, as propostas de Protocolo a estabelecer foram submetidas a 30.09.03 à apreciação do Gabinete Jurídico, conforme metodologia anteriormente estabelecida.

O Gabinete Jurídico emitiu posteriormente o respectivo parecer, o qual refere que do ponto de vista jurídico, as propostas se encontram bem redigidas, cabendo às partes concertar posições dentro das regras a estabelecer. Na sequência do processo, foram entretanto estabelecidos os Protocolos com a Câmara Municipal de Évora, Universidade de Évora, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, ERENA, Associação de Caçadores da Regadia e Carrascal e Francisco Manuel Cidade Alves.

O parceiro Instituto de Conservação da Natureza, na sequência de discussão técnica entretanto concluída, propõe um modelo de Protocolo que, com as alterações correspondentes à sua situação orçamental no projecto, é integralmente equivalente aos já assinados com os demais parceiros.

Não existindo sobre a matéria outras sugestões de alteração no que respeita à concertação técnica entre as partes, e tendo em conta o parecer emitido pelo Gabinete Jurídico, considera-se estarem reunidas as condições para que a proposta de Protocolo com aquele parceiro seja objecto de apreciação e deliberação por parte do Executivo, se viável na próxima reunião de Câmara de 31 de Março.

Dado que se encontram ainda em discussão Protocolos com outros parceiros do projecto, solicita-se que, na medida do possível, o teor do presente documento não seja ainda alvo de divulgação. Uma cópia do mesmo ficará disponível na DASU para eventual necessidade de consulta.”

Deliberação: A proposta de Protocolo do projecto GAPS a estabelecer com o Instituto de Conservação da Natureza, foi aprovada por unanimidade.

B) PROTOCOLO DE CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO A ESTABELECEM COM A “REFER” COM VISTA À INSTALAÇÃO DE UMA “ECOPISTA” NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO

No âmbito referido em epígrafe foi, pela senhora Vereadora Helena Paixão, apresentada a seguinte proposta:

“Na sequência da nossa informação DASU/AMB/LJ/21/2004, despacho sobre a mesma e discussão entre a Vereação e Presidência, considera-se estarem reunidas as condições necessárias para que seja agendada a assinatura do Protocolo com a REFER que visa o estabelecimento das condições necessárias à adaptação do ramal ferroviário Montemor – Torre-da-Gadanha para fins de Via Verde / Ecopista.

Neste contexto, e na sequência da deliberação tomada pelo Executivo na sua reunião de 16.08.2002 a respeito do projecto de Ecopista, solicita-se que a Proposta de Protocolo seja objecto de apreciação e deliberação, se viável na próxima reunião de Câmara de 31 de Março. Mais se solicita que, caso a deliberação seja favorável, a assinatura do Protocolo seja agendada pelo GAP com a maior brevidade, dentro das disponibilidades da Presidência.

Dado que se encontram em discussão pela REFER outros protocolos com objectivos análogos, solicita-se que, na medida do possível, o teor do mesmo não seja alvo de divulgação. Uma cópia do mesmo ficará disponível na DASU para eventual necessidade de consulta.”

Deliberação: A proposta de Protocolo a estabelecer com a REFER, foi aprovada por unanimidade.

C) PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-NOVO E A CERCIMOR – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE MONTEMOR-O-NOVO

Voltando a intervir a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou a proposta de Protocolo a estabelecer com a Cercimor, tendo em vista uma prestação de serviços na área de desmatção, monda e limpeza da Zona Industrial da Adua, Linhas de água no perímetro da Rede Natura, envolventes de Igrejas situadas em zonas rurais e de vários Sítios Arqueológicos, para além da manutenção dos espaços públicos ajardinados, mais concretamente do Largo Machado dos Santos, conforme anexos da Minuta do Protocolo.

Disse depois o senhor Vereador Jorge Queiroz ter verificado que anexo à proposta apresentada não existe qualquer processo, que contenha a origem da proposta, a sua análise técnica, as actas de eventuais reuniões, aparecendo na reunião um documento avulso sem antecedentes nem história. O que afirmou nada tem a ver com o mérito da Instituição que é inquestionável, também de tantas outras que nos merecem toda a consideração.

Disse depois o senhor Presidente que o tratamento deste tipo de matérias entre instituições credíveis e com um trabalho louvável, como é o caso, é legítimo e tem dado bons resultados.

Quanto ao tratamento dado ao processo, disse o senhor Presidente que à Câmara chega naturalmente o resultado do trabalho desenvolvido, que se traduz, neste caso, na proposta de Protocolo em discussão, existindo obviamente um conjunto de prévios procedimentos que conduziram à proposta final. Os procedimentos devem no entanto ser facilitados e não burocratizados (concluiu).

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho Simão para manifestar o seu acordo com a opinião perfilhada pelo senhor Vereador Queiroz, concordando que deverá haver um suporte ao processo, não estando em causa o espírito que presidiu à elaboração da proposta, mas sim a forma como o mesmo surge e como é apresentado à Câmara.

Voltou a intervir o senhor Vereador Queiroz para referir que a forma como a maioria na Câmara se relaciona com as instituições não é clara nem equidistante, os regulamentos e normas não existem, os processos não são constituídos de forma a que possam ser analisados, não se conhecem os pareceres dos serviços que permitam uma melhor percepção à Vereação da sua valia para o município.

Em intervenção seguinte, a senhora Vereadora Helena Paixão, esclareceu que a presente proposta partiu de um primeiro contacto de Representante da CERCI, Sr. Henrique Pires, durante um período de seu

atendimento semanal a Municípios, e que foi desenvolvida e amadurecida em diversas reuniões de trabalho posteriores, ocorridas entre as duas Entidades, sendo que a última delas envolveu o próprio Gabinete Jurídico da Autarquia. Por esta razão não existe qualquer dossier prévio, mas, caso subsistam dúvidas concretas sobre o processo, que as mesmas sejam, de imediato expostas, para competente clarificação porque, afirmou a mesma Edil, não admitir a tentativa de suspeição implícita na intervenção do senhor Vereador Jorge Queiroz. Afirmou ainda que, existindo já uma experiência semelhante no concelho de Sintra, a mesma serviu de base à primeira minuta de proposta.

No concreto, disse tratar-se da institucionalização de uma empresa de prestação de serviços dentro da própria Cercimor, tendo-se considerado de interesse para a autarquia a celebração do Protocolo que hoje se submete à consideração do executivo.

Disse contudo a senhora Vereadora Helena estranhar que sobre o referido processo se levante tanta celeuma, quando têm sido aprovados um vasto conjunto de idênticos Protocolos com Juntas de Freguesia do concelho, sem que alguma vez se tenha levantado a questão hoje suscitada.

O senhor Vereador Maia disse depois que todo este tipo de propostas deve ser devidamente instruído, ainda que os processos se iniciem da forma como foi relatado pela senhora Vereadora. Deveria neste caso solicitar-se à entidade petionária a formalização do pedido através de ofício, questão que em seu entender não contribui para a burocratização do processo, mas sim para a criação de condições para o desencadeamento da proposta de Protocolo que agora surge para aprovação.

O senhor Presidente disse depois recusar as palavras do senhor Vereador Queiroz quando afirma que a Câmara trata de forma desigual as instituições e mesmo que o relacionamento da Câmara com as instituições não é claro, questões que o mesmo tem pretendido, sem êxito nem fundamento e menosprezando as instituições locais, demonstrar ao longo do mandato. Neste caso, aquele Vereador tenta confundir o relacionamento da Câmara com as instituições que se pauta pelo respeito mútuo, autonomia e transparência com uma questão diferente que é o procedimento administrativo seguido na condução dos processos, o qual poderá porventura ser melhorado e isso já é uma questão discutível.

Concretamente, no que se refere ao assunto em análise referiu o senhor Presidente que o mesmo foi encaminhado com toda a transparência tal como foi relatado pela senhora Vereadora Helena, seguindo a metodologia de trabalho que em regra é praticada entre a Câmara e as Instituições concelhias.

Interveio de novo o senhor Vereador Queiroz para referir que as suas afirmações se consubstanciam em factos, como por exemplo o caso do Protocolo com uma Associação concelhia que em 2002 foi denunciado pela Câmara de uma forma injustificada, com promessa de vir a ser renegociado, o que ainda hoje continua por acontecer.

Disse o senhor Vereador Jorge Queiroz que é usada a máxima discricionariedade no tratamento das Associações, que será fácil prová-lo se for permitida a análise de como são conduzidos processos para deliberação de Câmara e o conhecimento de outras situações que não chegam sequer a reunião de Câmara porque são à partida afastadas.

Também o senhor Presidente voltou a intervir referindo que mais uma vez o senhor Vereador Queiroz intervém em causa própria, voltando pela enésima vez a repetir o assunto já discutido referente à Marca, ADL, a qual dirigiu como Presidente, altura essa em que foi assinado o Protocolo em causa e em que era simultaneamente Chefe da Divisão Sócio Cultural, sem que então o senhor Vereador Queiroz tenha questionado sobre a existência ou ausência de regras, só hoje o fazendo por motivos bem conhecidos de todos, acrescentando que da parte do senhor Vereador Queiroz o assunto em causa encerra unicamente uma questão política e não uma questão de preocupação institucional como o mesmo pretende fazer crer.

Por último disse ainda o mesmo edil que todos os processos de idêntica natureza remetidos à Câmara são discutidos e a Câmara delibera sobre todos eles, quando tem que deliberar.

Interveio o senhor Vereador Queiroz para referir que na altura em que um Protocolo com a Marca foi assinado era o Presidente da Direcção da Associação e fê-lo em sua representação. Na Câmara não tinha funções políticas pelo que não lhe competia interferir na gestão política, embora dela discordasse também nos aspectos que se têm vindo a analisar. Contudo, cinco anos como Presidente da Associação permitiram conhecer em pormenor como é o relacionamento desta maioria com as Associações e os métodos de discricionariedade que utiliza.

Disse ainda que na edição da Folha de Montemor de Junho de 1999 constam declarações suas como Presidente da Marca criticando os atentados ao património nacional no Castelo e constam também as

declarações do actual Presidente da Câmara que revelam métodos e que tiveram as implicações persecutórias que se conhecem.

Concluiu a discussão desta matéria o senhor Presidente dizendo por um lado que as actas falam por si, por outro lado que os Chefes de Divisão eram na altura nomeados e daí deverão ser retiradas as respectivas ilações e reafirmando por último que a Câmara tem o mesmo padrão de tratamento para todas as instituições do concelho.

Deliberação: A proposta de Protocolo apresentada foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Queiroz, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e que nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

D) PROJECTO REAGIR (LIFE 03 ENV/P/000506) – PROPOSTA DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DA UNIDADE PILOTO DE RECICLAGEM DE ENTULHO E PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA E DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

Usando depois da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou a seguinte proposta:

“Na sequência do desenvolvimento dos trabalhos previstos no âmbito do “Projecto REAGIR – Reciclagem de Entulhos no Âmbito da Gestão Integrada de Resíduos”, propõe-se a abertura do Concurso Público para “Concepção/Execução de Unidade Piloto de Reciclagem de Entulho – Projecto REAGIR (Life 03ENV/P/000506)”.

Mais se propõe, de acordo com o art.º 60.º do Decreto-Lei n.º 59/88, de 2 de Março, que a Exm.ª Câmara Municipal designe os membros que constituirão a Comissão de Abertura de Concurso e a Comissão de Análise das Propostas do concurso supra mencionado.

Para os devidos efeitos, junto se anexa a respectiva proposta de “Anúncio de Abertura de procedimento”.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de Concurso Público para “Concepção/Execução da Unidade Piloto de Reciclagem de Entulho – Projecto REAGIR.”.

De igual foi deliberado aprovar a seguinte proposta de constituição da Comissão de Abertura do Concurso e Comissão de Análise das propostas:

Comissão de Análise de Propostas:

Membros efectivos: Presidente, Helena Maria Freire Paixão, Vereadora; 1.º Vogal, Cândida Isabel Fragoso Martins, Engenheira do Ambiente e 2.º Vogal, Gabriel da Silva Godinho, Eng.º Técnico Civil.

Membros suplentes: 1.º Vogal, João António Abrantes Caldeira, Vereador; 2.º Vogal, Luís Jordão Nogueira de Lemos, Engenheiro do Ambiente.

O Primeiro suplente substituirá o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos.

Comissão de Abertura do Concurso:

Membros Efectivos: Presidente, Helena Maria Freire Paixão, Vereadora; 1.º Vogal, António Jorge Tavares Pacheco Viana, Chefe da DASU; 2.º Vogal, José Alexandre Palminha Madruga Neves, Eng.º Técnico Civil; Secretário, Matilde da Conceição Nunes Ramos Melgueira, Assistente Administrativa Especialista.

Membros suplentes: 1.º Vogal, João António Abrantes Caldeira, Vereador; 2.º Vogal, Vitor Manuel Boieiro Cotovio, Chefe da DOS e Secretário, Helena Bazilisa Rodrigues, Auxiliar de Serviços Gerais.

O Primeiro suplente substituirá o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos.

E) CEMITÉRIO MUNICIPAL DE S. FRANCISCO

Sobre a concessão de uso privativo do jazigo n.º 8 da Rua A do Cemitério Municipal de S. Francisco a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou a proposta seguinte:

“Propõe-se a homologação da acta da abertura de propostas relativas ao concurso para concessão de uso privativo do jazigo n.º 8 da Rua A do Cemitério Municipal de S. Francisco.”

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

F) REQUERIMENTOS

No âmbito supracitado a senhora Vereadora Helena Paixão fez a apresentação dos seguintes requerimentos:

De: SOCRUD – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES RUMINA DINIS & Filhos, S.A, requerendo informação sobre Arborização com freixo (Parcela 1 - 40,29 ha) e sobreiro (Parcela 2 - 9,5 ha), beneficiação/adensamento de montado de sobro (Parcela 3 – 80 hectares) e instalação de vedações perimetrais e beneficiação de caminhos, no prédio, prédio “Herdade do Vale da Lama” (artigo 1 –AA, freguesia de Cortiçadas do Lavre).

Tem parecer da D.A.S.U

(PARENQ 07/04 – AGRFLOR 263/04)

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com parecer dos serviços.

De: ANTAS DO LAVRE – SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA, requerendo informação sobre Beneficiação/adensamento de montado de sobro (Parcela 1 – 180,82 hectares) e povoamentos de pinheiro-bravo e pinheiro manso (Parcela 2 – 54,06 ha), instalação de cerca perimetral com 4.518 metros, abertura de aceiros e linhas corta-fogos em 4.641 metros e beneficiação de caminhos em 6.961 metros, no prédio “Herdade das Antas” (artigo 8 –JJ2/3, freguesia de Lavre).

Tem parecer da D.A.S.U

(PARENQ 4/04 – AGRFLOR 154/04)

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com parecer dos serviços.

De: HERDADE DO MARQUINHO – ACTIVIDADE AGRÍCOLA, FLORESTAL E MOBILIÁRIA, LDA, requerendo informação sobre beneficiação de montado de sobro, adensamento com pinheiro-manso (Parcela 1 – 93.38 hectares) e com sobreiro (Parcela 2 – 54,06 ha), instalação de cerca perimetral com 6.047 metros, abertura de aceiros e linhas corta-fogos em 3.049 metros, beneficiação de caminhos em 3945 metros e abertura de caminhos em 628 metros, no prédio “Herdade do Marquinho” (artigo 8 –JJ2/3, freguesia de Lavre).

Tem parecer da D.A.S.U

(PARENQ 5/04 – AGRFLOR 155/04)

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com parecer dos serviços.

De: ATLANTICO CAÇA E TURISMO, S.A., requerendo informação sobre arranque de olival para reconversão em novo olival, a submeter ao IFADAP, numa área de 27,36 ha, no prédio “Herdade da Ameixeira”, freguesia de Cabrela.

Tem parecer da D.A.S.U.

(PARENQ 8/04 – AGRFLOR 273/04)

Deliberação: Deferido por unanimidade conforme parecer dos serviços.

6. PROPOSTA DE ACORDO ESPECIFICO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE LAVRE

Intervio de seguida o senhor Presidente para apresentar as propostas de Acordos Específicos do teor seguinte:

L.

“Nos termos do artº 3 alínea c) do Protocolo de Descentralização de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para a Junta de Freguesia é acordado entre ambas as entidades, a realização da obra abaixo mencionada e as condições a ela inerentes:

Obra: Arranjo Urbanístico do Largo Olival da Igreja: Mão-de-obra do, no valor de 4.932,30 €, isentos de IVA; Materiais, no valor de 1.545,00 €, com IVA incluído a 19%.

Condições: A Junta de Freguesia assume-se como dona da obra, competindo-lhe a gestão, fiscalização e o respectivo pagamento.

À Câmara Municipal compete o pagamento à Junta de Freguesia da totalidade da importância paga por esta para a realização da obra – 6.477,30 € (seis mil quatrocentos e setenta e sete euros e trinta cêntimos).”

Deliberação: A proposta de Acordo Especifico apresentada foi aprovada por unanimidade.

2.

“Nos termos do artº 3 alínea b) do Protocolo de Descentralização de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para a Junta de Freguesia é acordado entre ambas as entidades, a realização da obra abaixo mencionada e as condições a ela inerentes:

Obra: Remodelação da Instalação Eléctrica e Iluminação de Emergência e exteriores da Cantina escolar.

Condições: A Junta de Freguesia assume-se como dona da obra, competindo-lhe a gestão, fiscalização e o respectivo pagamento.

À Câmara Municipal compete o pagamento à Junta de Freguesia da totalidade da importância paga por esta para a realização da obra – 4.869,00 € (quatro mil oitocentos e sessenta e nove euros).”

Deliberação: A proposta de Acordo Especifico apresentada foi aprovada por unanimidade.

7. CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2003

O senhor Presidente procedeu à apresentação dos documentos em preço – Conta de Gerência e Relatório de Actividades de 2003 -, utilizando como suporte à sua intervenção o documento intitulado “Síntese Introdutória”, do qual consta o seguinte:

1 - INTRODUÇÃO

Em 2003, prosseguimos a concretização do Programa que apresentámos nas Eleições Autárquicas de Dezembro de 2001 e nas quais a população montemorense se pronunciou soberanamente sobre a composição, orientações e opções estratégicas que pretendia ver implementadas, neste mandato, no seu Poder Local Democrático.

Este Relatório de Actividades e esta Conta de Gerência são os principais documentos políticos e técnicos que sintetizam e demonstram a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo em 2003. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL), somos a apresentar, através desta Síntese Introdutória, o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de 2003.

Interessa, contudo, relevar desde já três questões fundamentais que marcaram a nossa actividade em 2003:

1) A prossecução, que se temporiza num horizonte de médio e longo prazo, do que consideramos ser o principal objectivo estratégico do concelho: apostar na inversão da tendência de despovoamento e na recuperação de população, travado que foi na década de 90 o processo global de desertificação económica e social do Concelho. Reafirmamos claramente que aquele objectivo não depende, no essencial, das políticas municipais nem da vontade dos Montemorenses mas, determinantemente, das políticas nacionais adoptadas pelos Governos. Ainda assim, assumimos, com as nossas capacidades mas no limitado âmbito das competências legais da Câmara, dar o nosso empenhado contributo – como vimos fazendo com êxito – para aquele objectivo central.

2) A concretização dignificante do Programa “Montemor 2003” que bem assinalou 8 Séculos da nossa História (não apenas 800 anos do 1º Foral mas também 500 anos do 2º Foral), mobilizou uma significativa adesão popular e uma ampla participação das instituições locais, reforçou a nossa identidade, equacionou o presente, lançou bases para o futuro.

3) A manutenção continuada – ainda que na expectativa de uma alteração positiva com a entrada em funções dos novos responsáveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) – de uma gestão sem estratégia regional, pouco transparente e discriminatória do Programa Operacional da Região Alentejo (PORA) dos fundos comunitários (III QCA). O Município de Montemor-o-Novo, que vem sendo particularmente penalizado, verificou o agravamento da discriminação de que tem sido alvo e que se traduz, em primeira instância, num baixíssimo financiamento. Continuamos a aguardar decisão sobre a quase totalidade das nossas candidaturas. A contrastar, as nossas candidaturas directas à União Europeia (Bruxelas) têm sido seleccionadas, aprovadas entre centenas de outras de vários países e elogiadas pela sua qualidade e inovação.

2 – SITUAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DO CONCELHO

Enquadramento, Problemas, Perspectivas

A situação económico-social no Concelho agravou-se em 2003 em consequência das políticas governamentais restritivas e de desigualdade social em desfavor dos trabalhadores, da classe média e dos portugueses de menores rendimentos. O Alentejo e Montemor-o-Novo sofrem problemas estruturais que decorrem essencialmente de opções políticas sistémicas e centrais e tais problemas, infelizmente não são resolúveis por políticas municipais quaisquer que sejam. Ainda assim, e ao contrário do que alguns nos tentam demagogicamente imputar, não remetemos todas as responsabilidades para o Poder Central mas também recusamos cómodas posições de falsa neutralidade, de indiferença ou de inactividade. Continuámos a aprofundar o estudo e o conhecimento da realidade concelhia e, em sequência, mantemos a nossa política de lançar e apoiar acções de denúncia e de reivindicação ao mesmo tempo que lançamos acções de proposta, acções de iniciativa, acções de parceria na busca de respostas positivas aos problemas das populações do nosso Concelho.

Políticas Nacionais e Europeias Injustas e Negativas

Em 2003, acentuaram-se as políticas governamentais e da União Europeia em prol dos grandes interesses económicos e, conseqüentemente, agravando a injustiça social no nosso País e na Europa.

Agravaram-se “as orientações fundamentais dirigidas ao cumprimento dos critérios conservadores e neo-liberais da convergência monetária e nominal do Tratado da União Europeia e do Pacto de Estabilidade”. Registou-se, contudo, um dado novo: enquanto o Governo de Portugal submetia toda a sua política à obtenção do défice orçamental imposto pelo neo-liberal Pacto de Estabilidade com as conseqüências conhecidas, os grandes países da União (nomeadamente, dois dos que pretendem assegurar para si a direcção da UE, Alemanha e França) vieram publicamente assumir que tal défice não era para cumprir e que, daí, não deveriam decorrer quaisquer sanções. O Governo de Portugal concordou!

A economia portuguesa entrou em recessão mas o grande capital tem vindo a beneficiar, absorvendo uma maior fatia da riqueza socialmente gerada. A maioria dos portugueses perde poder de compra, agrava-se a já desequilibrada e injusta distribuição do rendimento. O País, já longe das médias europeias, afasta-se ainda mais. Direitos económicos e sociais fundamentais – e, desde logo, o direito ao trabalho e os direitos do trabalho – são alvo de legislação regressiva. O exemplo mais marcante é o novo Código do Trabalho.

Na União Europeia, os grandes grupos económicos e as principais forças políticas abrem o caminho ao aprofundamento da construção neo-liberal com a imposição aos Povos de uma pretensa Constituição Europeia. Este novo pré-tratado foi elaborado sem qualquer base democrática numa Convenção nomeada pelos poderes, pretende sobrepor-se às Constituições nacionais, cria um directório de grandes países com direito de decisão da União, aprofunda a globalização económica capitalista na Europa, obscurece ainda mais a propalada coesão social. Enfim, afasta-se ainda mais a perspectiva da necessária “construção de uma Europa Social, dos Povos e dos Cidadãos”.

No quadro destas políticas nacionais e da União Europeia, e com os poucos números oficiais disponíveis, podemos sem grande margem de erro afirmar que a situação do Alentejo se agravou sendo de supor uma quebra face ao rendimento médio comunitário e um maior desequilíbrio na distribuição nacional do rendimento. Cresceu a liquidação de postos de trabalho, a precarização do trabalho, a tendência para o despovoamento.

A nível nacional, continua a política de litoralização do país, em particular com a concentração de recursos nessa faixa, que tem conduzido ao crescimento do desequilíbrio regional.

Mantivemos a denúncia firme desta política nacional “profundamente errada e de conseqüências dramáticas”. Continuámos a exigir “uma política nacional de desenvolvimento regional que, definindo claramente estratégias, objectivos e metas, rompa com o contínuo agravamento do fosso entre o interior e o litoral”.

Continuam por aproveitar “as enormes potencialidades do Alentejo e de Montemor-o-Novo”. Continuámos, por isso, a exigir um substancial aumento das verbas nacionais e das verbas da União Europeia destinadas ao Alentejo e a Montemor-o-Novo de modo a romper com “a continuada e intencional distribuição gritantemente desfavorável e assimétrica” que se verifica.

Batemo-nos e continuaremos a bater-nos pelo direito dos alentejanos e dos montemorenses a poderem viver condignamente na sua terra!

Principais Problemas e Perspectivas

Como prevíamos, a situação económico-social do Concelho em 2003 agravou-se. Esse agravamento decorre directo e determinantemente das opções político-económicas do Governo que, continuando a esgrimir o desacreditado (a machadada final foi dada pela política, adoptada por Bruxelas, de dois pesos

e duas medidas favorecendo os grandes países) tema do cumprimento do défice imposto pelo contestado Pacto de Estabilidade, tem aproveitado para impor as características mais conservadoras das políticas neo-liberais que, há décadas e com diferentes intensidades, se vêm aplicando no País.

Depois de, em 2002, termos sofrido medidas governamentais como o aumento de impostos, o fim do crédito bonificado à habitação contraindo afectando a dinâmica económica e os jovens em particular, o corte de crédito às Autarquias Locais, o corte de apoios a instituições, em 2003, constatámos o agravamento dessa política, nomeadamente, com o congelamento dos salários da função pública, da quebra do poder de compra nas camadas de médios e menores rendimentos, o congelamento cego do endividamento e a redução de receitas das Autarquias, alterações legislativas contraindo direitos económicos e sociais da generalidade dos portugueses.

O desemprego, sobretudo entre os jovens e as mulheres, voltou a aumentar e mantém tal tendência. A falta de oferta para o 1º emprego de jovens cresceu e a precarização do emprego continua a alastrar. O problema da qualificação profissional não verificou alterações que poderiam atenuar alguns problemas de emprego pois existem sectores empresariais locais que necessitam de trabalhadores qualificados. A situação dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população, piorou pois, além da grande maioria das reformas serem muito baixas, baixou ainda o poder de compra. A droga, o alcoolismo, a desadaptação e insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais que alastraram com a continuada degradação da situação económico-social em 2003. O novo fenómeno da imigração, geralmente clandestina suportando não poucas vezes condições quase escravizantes, que já identificáramos como instalado em 2002, voltou a agravar-se e estende-se, no nosso concelho, a novas áreas de marginalidade social.

Ao agravamento dos reais problemas que defrontamos no Concelho, respondemos com a denúncia, com a reivindicação, com a luta, com acções diversas. Apesar de tudo, Montemor continua a manter, ainda que afectada, uma actividade económica, social, cultural e política que tem procurado contrariar, na medida do possível, o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais identificadas.

3 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

3.1. Opções Programáticas para o Mandato 2002 / 2005

Continuámos, em 2003, a concretização das Opções Programáticas para o mandato 2002 / 2005 decorrentes do Programa Eleitoral da C.D.U. apresentado e sufragado maioritariamente pelos montemorenses. Nesse enquadramento, e como princípio e orientação estratégica assumida, mantivemos e fomentámos a análise crítica e construtiva, a discussão de ideias, de propostas, de sugestões de todos quantos, empenhados na construção de um Concelho melhor, a isso se dispuseram. São as seguintes as Grandes Opções que vimos implementando:

- 1. Gestão municipal democrática, aberta e participada*
- 2. Organização municipal renovada ao serviço de todos os cidadãos*
- 3. Luta e contributo para o desenvolvimento e o emprego*
- 4. Ordenamento do território e urbanismo de qualidade*
- 5. Elevação da qualidade ambiental*
- 6. Desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania*
- 7. Reforço do apoio ao movimento associativo*
- 8. Dinamização e apoio a iniciativas e acções de/e para a juventude*
- 9. Intensificação de uma solidária acção social*
- 10. Melhor protecção civil e segurança*

3.2. Relatório de Actividades de 2003

O Relatório de Actividades de 2003 é, de seguida, sintetizado tendo em conta dois documentos de suporte – o Relatório de Actividades (RA) não incluídas na Execução do PPI (legalmente não obrigatório) e a Execução do Plano Plurianual de Investimentos (EPPI) – que o integram.

Relativamente ao RA, e como no ano anterior, optou-se por uma síntese de cada acção evitando-se uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

Relativamente à EPPI, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta quer características intrínsecas quer factores transitórios inerentes à sua gradual implementação. Quanto às primeiras, nota-se que, face ao desfasamento técnico resultante do registo dos pagamentos e não das liquidações, estamos perante execuções financeiras e não execuções físicas. Haverá ainda que distinguir tecnicamente entre despesas de

capital e investimento no sentido económico, despesas de capital da Conta de Gerência e investimento na EPPI. Sem entrar em explicações teóricas complexas, nota-se que aqueles conceitos levam a diferenças entre o Investimento real, os valores de capital expressos na Conta de Gerência e a EPPI. Quanto aos segundos, refere-se que, face a 2002, foi dado um salto significativo quanto ao seu rigor. Contudo, vivendo-se ainda uma fase de transição na sua implementação, não é ainda possível garantir uma cabal correspondência entre o real e o registo contabilístico, não captando este último a totalidade do investimento. A conversão legal de certas rubricas aumentou igualmente a incerteza de certas classificações pelo que acções haverão no EPPI que podem não reflectir exactamente a sua designação e os seus reais montantes.

Os códigos, a que aludiremos ao longo deste texto, permitem remeter para o RA e para a EPPI e correspondem a uma hierarquização definida aquando das Opções do Plano: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acções (10 dígitos).

3.2.01. Gestão Municipal Democrática, Aberta e Participada

Como já antes afirmámos, assumimos como princípio e característica política do nosso projecto, a opção estratégica de desenvolver a democracia participativa enquanto pilar da gestão: uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.

Apelando ao “enorme património de criatividade e participação popular para a transformação social positiva” que existe no nosso Concelho, diversificámos e alargámos, em 2003, formas de fomentar a participação cívica e na gestão municipal.

Procurando os consensos possíveis desde que não redutores da democraticidade interna, continuámos a assegurar condições de funcionamento e participação democrática no âmbito do Executivo Municipal. O Relatório do Exercício do Direito de Oposição referente a 2003 aprofunda estes aspectos. Recorde-se, entretanto, que, por opção dos próprios, este é o primeiro mandato em que não há Vereadores da Oposição (MCPM) a exercer pelouros.

Pela natureza desta opção programática, haverá sempre algo a fazer, algo a corrigir, algo a melhorar. Nesse sentido, procurámos corresponder às propostas construtivas que nos chegaram. Sendo a democracia um processo em permanente (re)construção, em particular numa época em que o empobrecimento democrático é uma crescente evidência, mantivemos um assinalável esforço neste âmbito com resultados que reputamos de muito positivos.

Esta opção programática (código 01) concretizou-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.), comunicação (código 01.05.) e participações institucionais (código 01.06.).

3.2.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Aplicámos fundamentalmente dois programas.

O Programa de auscultação não institucional (PA-01.01.01.) em que intensificámos e diversificámos os tipos de atendimento à população, encontros, plenários, reuniões e outras formas de auscultação. Reforçámos a regularidade destas acções e aumentámos a capacidade de resposta às questões levantadas.

O Programa de estruturas consultivas locais de participação (PA-01.01.02.), no essencial, garantiu o funcionamento regular e a consolidação das estruturas existentes. Salienta-se, pela sua importância, a enorme participação activa das instituições locais na Comissão Organizadora do programa “Montemor 2003”.

3.2.01.02. Aprofundamento da Democracia Política

Implementámos os seguintes programas:

Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (01.02.01.) com a denúncia e combate às tentativas de alteração com empobrecimento democrático do actual sistema político (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do número de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.). Pela positiva, temos suscitado a discussão e proposto medidas para aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento. Assumiu particular importância a luta pelo integral cumprimento da lei das finanças locais, a exigência da transferência de meios adequados às novas competências, a defesa da autonomia do Poder Local.

Programa de defesa da regionalização (PA-01.02.02.) exigindo a democratização, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional, institucionalizando – conforme preceito constitucional – as regiões administrativas. Continuámos a acompanhar o chamado pacote de descentralização

governamental, nomeadamente a preocupante legislação sobre as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais (que, segundo palavras do Secretário de Estado da Administração Local, pretende acabar com a regionalização!), intervindo e tomando posições próprias sobre a matéria. Destaca-se, neste caso, a defesa da integridade territorial do Alentejo.

Programa de descentralização local (01.02.03.) onde aprofundámos, indo muito além do previsto, a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia, traduzida nos protocolos de descentralização, e que aprofundaram a riquíssima e exemplar experiência existente no nosso Concelho.

Programa para o associativismo inter-municipal (PA-01.02.04.) onde assumimos a importância da expansão e eficácia deste tipo de associativismo que, entre outras actividades já em curso, pode ter um significativo papel num futuro processo de descentralização do Estado. Destaque para o processo de constituição da empresa inter-municipal para gestão de resíduos sólidos (GESAMB) e da futura Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente (AMAMB), visando a gestão pública do abastecimento de água e de saneamento.

3.2.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

O fomento da dinâmica popular foi uma constante da nossa actividade. Nesta sub-função (PA-01.03.) salienta-se as experiências de participação (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos) que permitem perspectivar a consolidação e alargamento destas formas de participação e o apoio à dinamização do movimento associativo, contrariando a quebra motivada pelo corte de apoios de outras entidades nomeadamente do Governo. Não foi possível, ainda, criar o Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo.

3.2.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A Câmara manteve, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Em paralelo, reafirmou uma atitude de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções que, de algum modo, pudessem ter reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.

Batemo-nos por novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (PA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Acompanhámos a proposta, oriunda do Direcção do Hospital de S. João de Deus e apoiada pela Câmara, de criação do Parque de Saúde, integrando os serviços de saúde da cidade, e constituindo uma alternativa válida à construção do Centro de Saúde sem internamento clínico que, contudo, não verificou grandes avanços. Destaca-se a proposta, a partir da parceria entre a Câmara e o Centro Coreográfico de Montemor/Rui Horta, de constituição de um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares, envolvendo a recuperação do Convento da Saudação e do Castelo, e que teve bom acolhimento junto do Governo levando à criação de um grupo de trabalho para o efeito.

3.2.01.05. Comunicação

A comunicação (PA-01.05.) tem uma importância crescente na sociedade actual. Continuámos a prestar uma particular atenção a esta área onde, por exemplo se mantêm por parte de alguma comunicação social nacional preconceitos e mesmo actos de silenciamento.

A comunicação entre a Câmara e o Município (nos dois sentidos) e o relacionamento com a comunicação social foram as prioridades nesta área.

3.2.01.06. Participações Institucionais

A nossa Câmara, com uma tradição de abertura ao exterior e activa participação em instituições diversas, manteve activas participações institucionais (PA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional) com benefícios directos e indirectos quer para as nossas autarquias quer para o Concelho e a Região. Salienta-se a participação no novo órgão da CCDRA, o Conselho da Região.

3.2.02. Organização Municipal Renovada ao Serviço de Todos os Cidadãos

Na organização dos serviços municipais procurámos garantir a igualdade de tratamento dos cidadãos, um eficaz atendimento e trâmite das solicitações, uma prestação de serviços de qualidade crescente, a humanização organizativa quer face aos munícipes quer para com os trabalhadores.

Apesar da importância que atribuímos a esta questão, não conseguimos atingir cabalmente os objectivos propostos. Ainda assim foi possível melhorar um conjunto de áreas. Contudo, como assinalámos nas Opções do Plano para 2002, esta é “uma área que exige uma acção permanente, cujas soluções, porque estruturantes nalguns casos, não serão necessariamente imediatas”.

Esta opção programática (código 02) concretizou-se através de plano de modernização (código 02.01.) e de projectos inovadores (código 01.99.).

3.2.02.01. Plano de Modernização

Este Plano de Modernização geral pretende uma visão global da Câmara e um conjunto diversificado mas coerente de acções que permita concretizar os objectivos pretendidos. Mantém-se, contudo, indefinições como por exemplo o chamado pacote de descentralização, que têm atrasado opções determinantes como é o caso da reorganização de serviços.

O Plano subdivide-se em programas que, de seguida, abordaremos sucintamente.

O Programa de Modernização da Organização dos Serviços (PA-02.01.01.) centrou-se essencialmente em trabalhos preparatórios de uma proposta de reorganização dos serviços municipais, o qual deverá ser apresentado no primeiro semestre de 2004 mesmo persistindo dificuldades e indefinições.

O Programa de Modernização para o Pessoal (PA-02.01.02.) apontou à melhoria das condições de trabalho, à formação e à participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. Voltámos, contudo, a ficar aquém do pretendido. Procedeu-se, “atentas as condicionantes legais que impedem qualquer racional gestão de pessoal”, à reafectação de pessoal conforme as necessidades dos serviços, preparou-se a alteração ao Quadro de Pessoal visando garantir as necessidades da Câmara e justificadas expectativas de evolução nas carreiras.

O Programa de Modernização das Instalações Municipais (02.01.03.) voltou a concentrar investimentos e acções porque reside aqui um dos principais problemas da Câmara que afecta todos os serviços. Mas, como dissemos, o seu andamento mantém-se mais lento do que desejaríamos.

O Programa de Modernização de Equipamentos (PPI-02.01.04) procedeu a uma progressiva e continuada actualização dos equipamentos condicionado pelas “fortes limitações orçamentais face às reais necessidades”.

O Programa de Valorização do Município (02.01.05.), centrado essencialmente na promoção interna e externa do Concelho, sofreu com as dificuldades orçamentais. Mas 2003 foi claramente um ano de afirmação positiva de Montemor no contexto nacional.

O Programa de Documentação (02.01.06.), visando um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal e sobre o Concelho, continuou afectado pela contenção orçamental.

3.2.02.99. Projectos Inovadores

Continuou a implementação do programa “Câmara ao Encontro do Cidadão” (PA-02.99.01.) com resultados que reputamos de globalmente positivos.

3.2.03. Luta e Contributo para o Desenvolvimento e o Emprego

Mantivemos a luta “por novas políticas que assegurem o desenvolvimento e a criação de emprego” bem como o propósito de “contribuir para tal, na medida das nossas limitadas competências”. Como afirmámos nas Opções do Plano para 2002:

“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.

Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções!

Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento.

Outras Opções Programáticas têm manifestamente incidência no desenvolvimento e no emprego. Ao individualizar estes programas pretendemos atribuir-lhes uma especial relevância.

Este é o enquadramento que deve estar presente na análise desta Opção (código 03).”

Esta opção programática (código 03) assentou no planeamento estratégico (código 03.01.), no apoio ao desenvolvimento (código 03.02.) e em projectos inovadores (código 03.99.)

3.2.03.01. Planeamento Estratégico

Dificuldades operacionais, nomeadamente quanto à necessidade de afectação de meios humanos que fomentassem uma alargada participação, voltaram a impedir que concluíssemos formalmente a elaboração da Carta Estratégica do Concelho (PA-03.01.). Apesar de terem continuado alguns estudos e trabalhos e mesmo a implementação no terreno de objectivos já assumidos, não foi possível relançar o processo sistemático de preparação final (para discussão) da Carta.

3.2.03.02. Apoio ao Desenvolvimento

Reforçámos, a vários níveis, o apoio ao desenvolvimento económico com o objectivo de contribuir para a “diversificação e expansão da base económica concelhia” e para a indispensável criação de postos de trabalho, questão essencial ao processo de desenvolvimento. Vejamos os respectivos programas.

O Programa de Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (03.02.01.) deu prioridade à Zona Industrial da Adua, nomeadamente quer quanto a alterações do loteamento, quer quanto à sua expansão quer ainda na captação de investimento. Quanto ao Parque de Exposições, concluímos um acordo com a direcção da APORMOR com vista a apoiar a conclusão do Parque de Leilões de Gado.

O Programa de Promoção do Concelho (03.02.02.) deu atenção ao apoio aos agentes económicos e a acções de captação de novos investimentos, tendo obtido bons resultados apesar da recessão económica

Nos Programas/Projectos de Iniciativa Municipal (03.02.03.) deu-se continuidade ao Programa de Recuperação e Revalorização do Castelo, abrindo-se novas perspectivas para a possibilidade de criação de um Centro Nacional de Artes Transdisciplinares no Convento da Saudação e continuaram os contactos com vista à eventual criação de um Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico.

No Programa de Participação em Projectos de Outras Entidades (03.02.04.) disponibilizámo-nos para o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento local.

O Programa de Turismo (03.02.05.), para além das nossas participações na Região de Turismo de Évora e na Associação das Regiões de Turismo do Alentejo (estruturas indispensáveis à promoção turística), continuámos o esforço de divulgação e expansão desta actividade.

No Programa de Mercados e Feiras (03.02.06.), ainda que tendo consolidado o trabalho em curso, não foi possível, sobretudo tendo em conta a conjuntura económica desfavorável, avançar para novos projectos.

Os Programas Regionais (03.02.99) incluíam a preparação e realização do Congresso do Alentejo. Tendo atribuído a este evento enorme prioridade e importância, empenhámo-nos numa aberta e participada preparação que viesse a perspectivar um Congresso renovado que congregasse a voz consensualizada dos Alentejanos. Tal foi conseguido e o Congresso Alentejo XXI marcado para Fevereiro de 2004.

3.2.03.99. Projectos Inovadores

O Programa “Montemor 2003” que pretendia assinalar com “um vasto e diversificado programa de dinamização e promoção do Concelho” os 800 anos do 1º Foral e os 500 anos do 2º Foral de Montemor-o-Novo foi um enorme êxito.

À Comissão Organizadora do evento aderiram a esmagadora maioria das instituições locais e mesmo algumas de fora do Concelho. À adesão correspondeu um significativo empenhamento e activa participação com propostas diversificadas de acções, com parcerias, com a afirmação da capacidade realizadora dos Montemorenses. Do muito que haveria a relevar – e que será objecto de documento próprio –, salientaremos apenas: o programa de abertura no Dia do Município, a inovadora e participada Feira Medieval no Castelo, a sessão de encerramento que contou com a honrosa e prestigiante participação do senhor Presidente da República.

3.2.04. Apoio ao Desenvolvimento Económico

O desenvolvimento económico é questão central para o desenvolvimento geral do Município. Como vimos afirmando, o objectivo de inverter a tendência para o despovoamento do concelho passa, determinadamente, pela dinamização, expansão e diversificação da base económica.

Ainda que dispondo de limitadas competências e possibilidades nesta matéria, procurámos desenvolver todas as acções e contributos para aquele objectivo.

Ainda que esta Opção (código 04) esteja intimamente ligada à anterior, alguns destaques há a fazer.

O apoio logístico às empresas instaladas ou a instalar no concelho (e, em particular na ZIA) que permitiu captar ou perspectivar vários investimentos. Para além de estarem comprometidos quase todos os lotes disponíveis na ZIA, com a instalação em curso num conjunto deles, releva-se o esperado investimento da Atrian (cerca de 12,5 milhões de euros e 150 postos de trabalho que, por razões da empresa, está atrasado) e vários investimentos, projectados ou já em curso, na área do turismo.

O lançamento do Fundo de Apoio às Microempresas (FAME) que, em parceria com a ADRAL, superou as expectativas apesar da crise que atravessamos.

3.2.05. Ordenamento do Território e Urbanismo de Qualidade

Dando sequência ao notável trabalho que, desde Abril de 1974, vem sendo prosseguido no âmbito do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico, procurámos melhorar e aprofundar as nossas políticas nesta área tendo como pano de fundo o desenvolvimento sustentado e equilibrado do Concelho.

Esta opção programática (código 05) concretizou-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da qualificação urbana (código 05.03.), da melhoria da rede viária (código 05.04.), do património (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e de projectos inovadores (código 05.99.).

3.2.05.01. Gestão Urbanística e Planeamento

No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) continuámos a desenvolver e a actualizar mecanismos de controlo e gestão dos instrumentos de planeamento. Salienta-se a alteração do RMEU (em curso) e o reforço das áreas do licenciamento e da fiscalização.

No Programa de Planeamento (05.01.) procurou-se salvaguardar a prática de ir ao encontro das expectativas da população, combater a especulação, preservar o interesse público e colectivo. Concluiu-se dois importantes instrumentos: a Alteração de Âmbito Limitado do PDM e a Revisão do Plano de Urbanização da cidade. Confirmámos a melhoria de alguns dos parâmetros urbanísticos que se revelavam desactualizados, lesivos dos interesses das populações e condicionadores do desenvolvimento concelhio (como por exemplo os índices e densidades de construção) e aguardamos, agora, a aprovação final pelo Governo. Outros Planos de Pormenor importantes como o da ZP5 na cidade ou o da Rebola estão em marcha.

3.2.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação

O apoio à habitação é uma das prioridades da Câmara. Como afirmámos nas Opções do Plano para 2002: “Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política tem também contribuído pelo efeito económico multiplicador da construção civil para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população”. Reforçámos, em 2003, esta opção (código 05.02.).

Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) continuámos a requalificação do parque habitacional propriedade do Município.

Reforçámos os Programas de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.), nomeadamente, com mais recursos disponíveis e afinção de critérios de acesso. Não implementámos o Programa Rehabita porque se aguarda a reformulação, anunciada pelo Governo, dos instrumentos para apoio à recuperação de habitação.

Prosseguiu-se a política de combate à especulação urbana dos solos, de disponibilização de novos lotes em loteamentos municipais, de concertação com investidores privados, de negociação de terrenos ou outras soluções alternativas em localidades com escassez de oferta (05.02.03.)(05.02.01.) (05.07.01.).

3.2.05.03. Qualificação Urbana

O Programa de Planeamento/Estudos/Projectos (05.03.01.) deu um salto qualitativo e disponibiliza já uma importante bolsa de projectos.

O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) registou, igualmente, um avanço ainda que insuficiente face aos objectivos pretendidos.

O Programa de Iluminação Pública (05.03.03.), com a participação das Juntas de Freguesia, continuou o reforço e extensão da rede de iluminação pública apesar dos crescentes problemas que se vêm verificando com o serviço prestado pela EDP.

3.2.05.04. Melhoria da Rede Viária

Apontando para a constante melhoria da qualidade de vida das populações, a requalificação da rede viária constituiu uma área prioritária de intervenção que, na continuidade do trabalho desenvolvido, significou um enorme esforço de investimento, atenuando insuficiências existentes.

O Programa de Circulação e Trânsito (05.04.01.), evoluindo menos rapidamente que o desejado, centrou-se na segurança rodoviária e no ordenamento da circulação e trânsito.

O Programa de Requalificação da Rede Viária (05.04.02.) assegurou um vasto conjunto de intervenções de melhoria e conservação nas zonas urbanas, nas zonas rurais e ainda novas construções de arruamentos em várias freguesias rurais.

3.2.05.05. Preservação do Património

O Programa de Preservação do Património (05.05.01.) garantiu o acompanhamento e/ou elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções diversas de conservação bem como a implementação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico. Não foi possível, contudo e dadas as prioridades do PDM e PU da cidade, concluir aquele Plano. Entretanto, destaque para os estudos referentes à recuperação do Convento de S. Francisco.

3.2.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares

Este tipo de apoio, sobretudo centrado nas obras e loteamentos (05.06.01.), continuou a estimular a iniciativa dos cidadãos, reforçou o importante papel da sensibilização, auxiliou a resolução de problemas aos cidadãos.

3.2.05.07. Gestão de Solos

Através do Programa de Bolsas de Terrenos (05.07.01.) procurámos “ultrapassar dificuldades de disponibilidade de terrenos para construção em várias localidades (embora haja terrenos urbanos privados que, havendo vontade dos proprietários, cobririam largamente as necessidades) e ainda garantir solos para equipamentos colectivos indispensáveis”. Registaram-se alguns avanços.

3.2.05.99. Projectos Inovadores

Ainda que apenas por via de abordagem interna e com dificuldades de consolidação, procurou-se estudar um Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentado (05.99.01.) com formas e instrumentos inovadores de intervenção nesta área.

3.2.06. Elevação da Qualidade Ambiental

Em 2003, ficou clara que esta prioridade ambiental se vem consolidando e, ainda que lentamente, ganha visibilidade pela solidez das bases em que assenta, pelo rigor, pela sustentabilidade, pela inovação. Nesta importante vertente para o desenvolvimento e a qualidade de vida do nosso Concelho, procurámos “valorizar numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável o nosso Património Ambiental, continuar a enfrentar e procurar soluções para os principais problemas ambientais, garantir a Elevação da Qualidade Ambiental”.

Demos continuidade à “procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a humanização da paisagem e as práticas agro-pecuárias”, mantivemos como prioridade fundamental as questões relacionadas com o abastecimento público de água, o saneamento básico e a higiene pública, pugnámos pela “exigência de uma política nacional de ambiente que assegure respostas estruturais aos problemas que os municípios, no âmbito das suas competências, procuram resolver (por exemplo, escoamento e reciclagem dos produtos recolhidos, financiamento para projectos municipais e inter-municipais estruturantes, colaboração da Direcção Regional e não actuação administrativista e desligada da realidade) ”.

Enfrentámos decididamente e procurámos soluções para os principais problemas que afectam o nosso ambiente e nos quais, de alguma forma, o Poder Local pode intervir: os efluentes das pecuárias, as intervenções no solo e na paisagem, o tratamento dos diversos tipos de resíduos e dos efluentes domésticos.

Procurámos potenciar e valorizar as nossas características ambientais como vector determinante da qualidade de vida e do desenvolvimento local e regional.

Esta opção programática (código 06) integrou a promoção e defesa do ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.).

3.2.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente

Neste âmbito, as acções desenvolveram-se em dois programas:

O Programa de Controlo da Poluição (06.01.01.) onde o destaque vai para o PIGS (Projecto Integrado de Gestão de Suiniculturas), projecto inovador, candidatado e financiado pela UE, dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas. O PIGS foi concluído com sucesso nesta 1ª fase apoiada pelo LIFE da UE e entrou em fase de cruzeiro.

O Programa de Defesa do Meio Ambiente (06.01.02.) onde se trabalhou no âmbito do Plano Municipal de Ambiente, da educação ambiental e do Parque Integrado de Reciclagem.

3.2.06.02. Conservação da Natureza

A Rede Natura 2000 e o projecto para o Sítio de Monfurado foram os nossos principais programas nesta área e que culminaram com uma candidatura aprovada ao Programa LIFE da EU. O Centro Interpretativo dos Sítios de Monfurado e Cabrela tem vindo a afirmar-se pelo trabalho desenvolvido.

3.2.06.03. Saneamento

A resolução completa do saneamento básico (e de abastecimento de água) no Concelho é nossa prioridade. A sua concretização passa quer pela aposta em sistemas municipais quer pela obrigatoriedade de constituição de sistemas supra-municipais.

Reafirmámos a nossa opção pela constituição de um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) que garantirá o carácter e a gestão pública deste serviço de decisiva importância para a satisfação de necessidades básicas das populações. Opusemo-nos às pressões privatizadoras do anterior Governo que, ainda assim atrasou o processo de constituição do sistema e os necessários investimentos públicos nesta área em pelo menos 1,5 anos; aos que no distrito e no Concelho pugnam pela privatização com graves consequências para as populações sobretudo as de menores recursos, contestámos tal “fatalidade” e apresentámos uma alternativa válida, credível e eficaz salvaguardando o serviço público; ao actual Governo continuámos a exigir tratamento igual para esta opção legítima do nosso Município em parceria com mais 5 outros Municípios do distrito (Arraiolos, Mora, Vendas Novas, Estremoz e Vila Viçosa). Contudo, a nova candidatura apresentada aguarda, há demasiado tempo, decisão favorável configurando-se um claro tratamento discriminatório face aos sistemas multimunicipais cujo fim último, como é cada vez mais evidente, é a liquidação do carácter público e a privatização.

Desenvolvemos dois programas tendo em conta o acima descrito.

O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (06.03.01.) registou uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (06.03.02.), visando uma activa participação na defesa da implementação de um sistema inter-municipal de gestão, exigiu o desbloqueamento governamental do processo e o respeito pelas diversas opções camarárias. Defendemos o domínio e a gestão pública autárquica no sistema e avançámos, em colaboração com os Municípios citados, para a reformulação da candidatura ao Fundo de Coesão o qual foi entregue em devido tempo e à qual o Governo não dá resposta. Nessa sequência, foi criada a AMAMB – Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente que visará a constituição de uma empresa pública inter-municipal. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de saneamento do concelho já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).

3.2.06.04. Abastecimento de Água

O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) é rigorosamente válido para o abastecimento de água.

O Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (06.04.01.) manteve uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (06.04.02.), visando uma activa participação na defesa da implementação de um sistema inter-municipal de gestão, exigiu o desbloqueamento governamental do processo e o respeito pelas diversas opções camarárias. Defendemos o domínio e a gestão pública autárquica no sistema e avançámos, em colaboração com os Municípios citados, para a reformulação da candidatura ao Fundo de Coesão o qual foi entregue em devido tempo e à qual o Governo não dá resposta. Nessa sequência, foi criada a AMAMB – Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente que visará a constituição de uma empresa pública inter-municipal. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de abastecimento de água do Concelho – nomeadamente, para a concretização do abastecimento de água a partir da Barragem dos Minutos – já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).

3.2.06.05. Resíduos Sólidos

Nesta área, as principais acções estão contidas no Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (06.05.01.), nomeadamente, com a continuação da implementação do Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (no seio da AMDE) incluindo a criação da GESAMB, empresa inter-municipal de gestão de resíduos e a renovação e expansão de equipamentos. Releva-se a entrada em funcionamento da estação de transferência de resíduos bem como o início da implementação da recolha selectiva para reciclagem.

3.2.06.06. Higiene Pública

Avulta no Programa de Higiene Pública (06.06.01.) a conclusão da construção do canil municipal, o novo Regulamento de Resíduos, Limpeza e Higiene Pública e diversas acções de prevenção e sensibilização.

3.2.07. Desenvolvimento Cultural, Desportivo e Recreativo para a Cidadania

O aprofundamento do desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania é uma aposta que mantivemos e baseámos numa política municipal de democratização e formação de base, na iniciativa e dinâmica local e na projecção nacional e internacional do Concelho.

A intensa actividade sócio-cultural do Concelho continuou indissolúvelmente ligada à política municipal seguida para o sector. Tal política procurou “estimular criativamente a dinâmica dos diversos sectores sociais em presença, orientando a actividade no respeito e desenvolvimento da nossa forte identidade cultural, irmanando a tradição com a abertura ao progresso e à inovação e, em simultâneo, criando as condições físicas, humanas e financeiras indispensáveis”.

A Câmara continuou a desempenhar um papel imenso no apoio às instituições educativas, culturais, desportivas e recreativas do Concelho bem como aos grupos informais. Questão cuja importância cresceu quando a generalidade das instituições locais viram reduzidos ou retirados apoios que eram concedidos pelo Poder Central e por outras entidades. A par disso, a própria iniciativa camarária disponibilizou aos Montemorenses e às suas instituições infra-estruturas e projectos de grande qualidade geralmente indisponíveis em zonas como a nossa.

Apesar de 2003 se ter confirmado como mais um ano muito difícil no País para esta área, foi visível e sentido o crescente prestígio nacional de que Montemor goza pela diversidade, intensidade e inovação da sua acção sócio-cultural. Este é um dos pilares que continuámos a afirmar como estratégico para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo.

Esta opção programática (códigos 07 e 09) desenrolou-se pela educação (tratada no código 09), pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.), pelo apoio às associações (código 07.05.) e pelos projectos inovadores (código 07.99.).

3.2.07.01. Cultura

Procurámos, “para além da prossecução da política cultural que, com reconhecido êxito, tem vindo a ser implementada”, proceder aos necessários ajustes mantendo a nossa capacidade de renovação. Procurámos, em colaboração com as instituições locais, contrariar na medida do possível a enorme quebra de apoios externos. Em concertação e parceria procurámos ainda aprofundar a dinâmica existente no Concelho.

Vejamos os dois principais programas ainda que outros também aqui se reflectam.

O Programa de Dinamização de Actividades (07.01.01.), para além das actividades tradicionalmente desenvolvidas, foi marcado pelo Programa “Montemor 2003”. Regista-se ainda a experiência bem sucedida da reorientação do Ciclo da Primavera centrado essencialmente nas freguesias rurais e com a participação das Juntas de Freguesia e outras instituições aí sedeadas.

O Programa para o Património Cultural (07.01.02.) manteve o trabalho que vinha sendo efectuado. As dificuldades orçamentais impostas bem como as indefinições do Poder Central quanto a apoios a alguns projectos perspectivados, impediram uma clarificação sobre certas opções a tomar bem como a sua eventual calendarização.

3.2.07.02. Desporto

Continuámos a priorizar esta área de actuação municipal que vem assumindo uma importância acrescida. As actividades regulares, quer de iniciativa municipal quer de instituições e municípios que têm um relevo e uma participação significativas, o fomento e formação desportivas concentraram, paralelamente com os equipamentos, os nossos esforços e investimentos.

O Programa de Dinamização de Actividades (07.02.01.) assegurou a continuidade e a expansão do que se vinha fazendo, dando uma especial atenção à componente de formação e lançou ou apoiou novos projectos dirigidos a sectores específicos.

No Planeamento (07.02.02.), para além de apoio a estudos e projectos de infra-estruturas, continuámos a elaboração da carta desportiva do concelho.

3.2.07.03. Tempos Livres e Lazer

Apesar de aqui se explicitar fundamentalmente o trabalho da Oficina da Criança (com impacto também nas áreas da cultura e da educação), temos vindo a apoiar acções de outras instituições e a preparar uma intervenção municipal programada de tempos livres e lazer noutros sectores sociais.

3.2.07.04. Equipamentos

Pela importância que assumem do ponto de vista estruturante e pelos recursos de investimento que exigem, entendemos individualizar aqui os equipamentos.

Os Programas de Equipamentos Culturais e de Lazer (07.04.01.) e Equipamentos Desportivos (07.04.02) explicitam quer o funcionamento dos existentes quer o investimento efectuado.

3.2.07.05. Apoio às Associações

Definimos uma linha clara de reforço do apoio ao movimento associativo com vista à manutenção, criação e expansão de actividades mas também de consolidação das estruturas associativas. Mantivemos como princípios fundamentais o respeito pela autonomia associativa e o tratamento igual às associações.

Continuámos o Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (07.05.01.) onde avulta, pela crise conhecida, o apoio à bancada do Estádio 1º de Maio (GUS) que foi, finalmente, concluída em 2003, bem como o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (07.05.02.) e às Associações Culturais (07.05.03.).

3.2.07.99. Projectos Inovadores

Avançou a candidatura bem como o projecto referente ao Arquivo Municipal.

Ainda que tendo desenvolvido uma significativa actividade no apoio diversificado ao associativismo (07.99.01.) não foi possível implementar, em 2003, o Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo.

3.2.08. Educação

As competências autárquicas incidem essencialmente no ensino pré-primário e no 1º Ciclo do Ensino Básico mas a nossa intervenção e apoio estendeu-se aos restantes níveis.

Procurámos, com base no reconhecido trabalho que vimos desenvolvendo nesta área, manter e reforçar o que de positivo se vinha realizando. Continuamos a aguardar a clarificação da situação da candidatura a fundos da União Europeia para melhoria do parque escolar. Aguarda-se, igualmente, uma clara definição das novas responsabilidades que o Governo quer, nesta área, atribuir às Câmaras Municipais. Aqui se insere a elaboração da Carta Escolar do Concelho a cargo da AMDE.

O Programa de Requalificação de Equipamentos Escolares (09.01.01. e 09.01.02.) continuou a ser implementado.

O Programa de Acção Social Escolar (09.02.01.) e o Programa de Transportes (09.02.02.) concedeu um imenso apoio social.

O Programa de Dinamização de Actividades (09.03.) quer desportivas (09.03.01.) – em que para fazer face ao esquecimento a que a administração central tem votado o desporto escolar, a Câmara continuou a dar um decisivo e único contributo –, quer culturais (09.03.02.) – com uma enorme e inabitual oferta –, quer recreativas (09.03.03.) foi continuado.

Quanto a Outras Actividades (PA-09.04.) destaca-se o alargamento do apoio a estudantes do Ensino Superior.

3.2.09. Reforço do Apoio ao Movimento Associativo

Procurámos, pelo diálogo, o reforço do apoio ao Movimento Associativo – entendido em sentido lato, isto é, abrangendo todo o tipo de associativismo sem fins lucrativos – numa perspectiva de dinâmica local.

Assumiu particular importância a colaboração e apoio da Câmara a actividades e instituições afectadas pelos cortes de verbas do Poder Central e de outras entidades. Com um esforço conjunto e um empenhamento notável daquelas instituições foi possível evitar uma quebra significativa da actividade desenvolvida e mesmo o desaparecimento de eventos já consagrados como, por exemplo, as “Musicalidades” (Coral de S. Domingos).

Consolidou-se com uma assinalável dinâmica e por via do suporte diverso da Câmara, o associativismo informal, ainda que de carácter regular, cuja vertente mais forte se identifica com as chamadas comissões de festa ou ainda com comissões específicas para a resolução de um dado problema. Neste último caso, podemos estar perante embriões de novas instituições locais que reforçarão o associativismo e a dinâmica concelhia.

Confirmou-se a necessidade de um Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo cuja criação não foi possível mas que se prevê para o próximo ano.

Procurámos conhecer e acompanhar os problemas, novos e antigos, do Movimento Associativo na “busca comum de respostas aos problemas existentes” e respeitando e punhando pela sua autonomia.

3.2.10. Dinamização e Apoio a Inicativas e Acções de e para a Juventude

Ainda que mantendo um significativo nível quantitativo e qualitativo de actividades municipais (ou em parceria) que se dirigem para/ou que de alguma forma tocam a Juventude, continuam por ultrapassar insuficiências e dificuldades. Nomeadamente, não conseguimos garantir em 2003 a renovação do Centro Juvenil, instalando-o em definitivo no antigo “colégio”.

3.2.11. Intensificação da Solidária Acção Social

A situação política e económica que se vive no País conduziu ao agravamento dos problemas sociais existentes no Concelho. Sendo clara a responsabilidade determinante do Poder Central nesta matéria, a Câmara denunciou a situação, assumiu a conseqüente acção reivindicativa, apoiou as justas reivindicações dos Montemorenses e das suas instituições.

Paralelamente, a Câmara manteve-se disponível, atentas as suas limitadas competências na matéria, para a cooperação activa em iniciativas da Administração Central, no apoio das mais diversas formas às instituições concelhias existentes e à criação de novas.

Mantivemos o esforço de apoio e intervenção que temos vindo crescentemente a assegurar com bons resultados nesta difícil área.

O Programa de Apoio a IPSS(s) continuou o apoio à melhoria, construção e instalação de centros de dia, lares e outras valências. Continuámos projectos de parceria com outras entidades.

Implementámos a Rede Social, criada em 2002 na sequência da análise e discussão então havida, que funciona como um instrumento fundamental para a coordenação de esforços entre instituições e de intervenção integrada. Promovemos, ainda, o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências cujos resultados ainda não são avaliáveis.

Mantivemos o apoio às comissões e associações de reformados, pensionistas e idosos com quem procurámos estabelecer programas regulares de animação, prevenção e outros.

3.2.12. Melhor Protecção Civil e Segurança

Em 2003 a situação não diferiu substancialmente da identificada em 2002: “a responsabilidade pela Protecção Civil (11.01.) tem vindo a recair sobre as autarquias locais e os Bombeiros sem que da parte do Poder Central se defina uma política clara que delimite responsabilidades, identifique meios, disponibilize recursos”.

Funcionou regularmente o Centro de Emergência de Protecção Civil. Mantivemos o elevado nível de actividade no Concelho e a excelente coordenação e cooperação com os Bombeiros Voluntários com quem actualizámos o Protocolo que contempla estas matérias. Os fogos de Verão também nos atingiram (cerca de 4.000 ha) mas, apesar de algumas dificuldades, a coordenação entre os Bombeiros, a Câmara, as Juntas de Freguesia (e muitos cidadãos) funcionou e evitou os problemas e dramas de outros concelhos.

O nosso Programa de Protecção Civil (11.01.01.) centrou-se “na exigência de uma política nacional clara que delimite responsabilidades e nos disponibilize os necessários recursos, no funcionamento regular do Centro, no reforço do apoio aos nossos Bombeiros Voluntários secundando-os na exigência de financiamento para a remodelação do Quartel”.

Também a Segurança Pública (11.02.) é da responsabilidade do Poder Central. A diminuição dos efectivos da GNR, ainda que ligeiramente colmatada, agravou preocupações quanto à quebra dos níveis de prevenção e segurança necessários à cidade e ao concelho. Contudo, manteve-se a colaboração entre a Câmara e o comando da GNR que se tem mostrado decisiva para actuar com eficácia sobre problemas com que regularmente o Concelho se defronta. A Câmara continuou a apoiar – sem que tenha tal obrigação – a modernização de instalações da GNR. Funcionou regularmente o recém-criado Conselho Municipal de Segurança.

4 – CONTA DE GERÊNCIA

O Exercício de 2003 é o primeiro em que o POCAL cobre todo o ano civil. Como já afirmámos, é ainda cedo para conseguir as alterações positivas que se esperam pois só a sua consolidação, nos próximos anos, as fundamentará. Mas foram dados passos importantes em todo o processo de implementação do POCAL. Entretanto, nota-se que o classificador das rubricas económicas do POCAL foi profundamente alterado de 2002 para 2003.

4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara

A Câmara manteve uma boa saúde económica e financeira traduzida, nomeadamente, numa dívida corrente equilibrada, num endividamento baixo e com excelentes taxas bonificadas (ver Mapa dos Empréstimos Obtidos

a Médio e Longo Prazo), por uma capacidade de endividamento que se situa muito abaixo do limite legal, numa menor dependência dos FGM, FCM e FBM.

Apesar do pesado volume de projectos e acções em curso (física e/ou financeiramente) onde avulta um conjunto de obras de cariz estruturante (Pavilhão Gimno-Desportivo, Piscinas Recreativas, qualificação urbana, instalações municipais, arruamentos, etc.) e ao grande esforço de investimento associado com financiamentos de diversas origens (fundos comunitários e nacionais, locação financeira, etc.), foi possível diminuir a dívida. Continuámos, em 2003, num impasse face III QCA / PORA, aguardando decisão sobre a quase totalidade das candidaturas apresentadas e identificadas nas Opções do Plano e Orçamento para 2003. Daí, essencialmente, como também alertámos, a diferença entre as verbas orçamentadas e as receitas verificadas.

4.2. Receitas

No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às receitas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais da receita corrente, € 9.983.781,95 euros, e da receita de capital, € 5.600.010,91 euros, num total da receita de € 15.583.792,86 euros.

Não foi possível, como prevíamos e pelas razões que em tempo expusemos, atingir o ambicioso volume de receita previsto. Aliás, recorda-se, acautelando a previsão, o PPI incluído nas Opções do Plano assinalava com * as acções que só se concretizariam mediante a obtenção de financiamento comunitário e/ou nacional não garantido previamente. Apesar da recessão económica agravada em 2003, nota-se que o volume de receita de 2002 para 2003 aumentou ligeiramente (cerca de € 44.100,00 euros).

Ainda assim, não é aqui incluído um significativo volume de receita obtido em parcerias ou participações da Câmara noutras instituições. O exemplo maior continua a ser o do investimento no Plano Director de Resíduos Sólidos do Distrito de Évora assegurado através da AMDE.

Continuaram as transferências de novas competências, em geral avulsas, sem que o Governo tenha assegurado a correspondente e legal transferência de verbas pelo que não recebemos quaisquer receitas adicionais e identificadas conforme preceitua quer a Lei de Transferência de Competências quer a Lei das Finanças Locais. Iguamente, continua por cumprir, por parte do Governo, a compensação de isenções ou benefícios fiscais feitos à custa de receitas municipais.

Continuámos a exigir “uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo”. Os novos impostos sobre o património que, entretanto, surgiram mas que só terão aplicação em 2004, não parecem ir nesse sentido. Em 2003, manteve-se a inaceitável, injusta e chocante situação de, em sede de Contribuição Autárquica, a posse de habitação própria pagar mais do que a grande propriedade fundiária.

O Governo baixou a Contribuição Autárquica pelo que esta nossa receita foi reduzida. Aguarda-se, agora, que as compensações legais e comprometidas se verifiquem em 2004.

Recorremos, pontualmente, ao crédito de curto prazo liquidado neste mesmo exercício para fazer face a necessidade de tesouraria para investimento (aquisição de terrenos).

Não recorremos ao crédito de médio e longo prazo, em primeiro lugar, porque dele necessitamos para obras estruturantes a financiar pelo PORA e, em segundo lugar, porque o Governo nos limitou drasticamente essa possibilidade penalizando Câmaras que, como a nossa, se caracteriza pelo equilíbrio e baixo endividamento.

4.3. Despesas

No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às despesas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais da despesa corrente, € 9.859.288,67 euros, e da despesa de capital, € 5.714.475,09 euros, num total da despesa de € 15.573.763,76 euros

Alerta-se, contudo, para o facto de não ter “sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica (.../...) não pode ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL”.

A progressiva implementação do POCAL permitirá – espera-se –, nos próximos anos e com a utilização de outros documentos, atenuar progressivamente este problema e identificar mais os valores explicitados com a realidade.

Destacam-se alguns dos investimentos mais vultuosos que, contudo, reflectem apenas a verba paga directamente e não capta o valor investido internamente: Instalações Municipais (207 mil Euros), Terrenos (593 mil Euros),

Piscinas Recreativas/Parque Urbano (192 mil Euros), Reabilitação Urbana por todo o concelho (685 mil Euros), Habitação (208 mil Euros), Saneamento básico (304 mil Euros), Abastecimento de água (106 mil Euros), Estradas (53 mil Euros), Planos e Projectos (100 mil Euros), Pavilhão Gimno-Desportivo e outras infra-estruturas desportivas (222 mil Euros), Ambiente incluindo resíduos sólidos (795 mil Euros). O apoio directo aos montemorenses e às suas instituições está disperso por várias rubricas mas terá ascendido a 1 milhão de Euros. Finalmente, um destaque para uma opção política fundamental e enorme aposta que constitui a descentralização para as freguesias. Reforçámos significativamente a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização. A Câmara respeitou e ultrapassou o compromisso de garantia do nível de financiamento das Juntas de Freguesia (sustentando assim a excelente actividade que desenvolvem) quer aumentando o montante anterior em 3% quer prevendo acordos específicos (transportes escolares, obras de média dimensão, etc.) cujo valor quase duplicou face ao inicialmente orçamentado. O valor global para esta descentralização correspondeu a mais de 630 mil Euros sem que aqui se contabilize o apoio directo dos serviços camarários.

4.4. Operações de Tesouraria

Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria continuam a atingir montantes absolutos e saldos médios elevados. O saldo positivo é de € 397.862,64 euros.

5 - CONCLUSÃO

O Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de 2003 resumem muito sinteticamente a imensa actividade, naturalmente não isenta de deficiências, dificuldades e problemas, desenvolvida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo no segundo ano do actual mandato. Aqueles documentos mostram continuidade coerente mas igualmente capacidade de mudança, renovação e inovação de uma estratégia de desenvolvimento local – no que da Câmara depende – que, alicerçada em projectos estruturantes quer municipais quer apoiados ou reivindicados pelo Município, visa – nas difíceis condições impostas pelas políticas nacionais – travar e inverter a desertificação social, alargar e diversificar a base económica, elevar a qualidade de vida dos Montemorenses, pugnar por uma sociedade mais solidária, mais humanista, mais justa.

Apesar das dificuldades económicas e sociais que se agravaram no País, e como demonstram o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência ora apresentados, a Câmara Municipal deu um importante contributo, em 2003, para uma melhor vivência e um melhor Concelho de Montemor-o-Novo.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para referir que o documento apresentado consubstancia a versão de quem está no poder, com base na sua própria gestão e nas opções tomadas pela força política que está à frente dos destinos do concelho, opções essas diferentes daquelas que o MCPM considera prioridades estruturantes para o desenvolvimento sustentado do concelho, cuja impassividade de definição de estratégia a seguir, têm afectado e continua a afectar a população.

No que se refere ao enaltecimento que é dado à situação financeira da autarquia, tal facto poderá ter uma interpretação contrária aquela que positivamente lhe é conferida pela maioria, porquanto o desafogo financeiro em que a autarquia vive pode significar a ausência de investimento para o bem da população, referindo que por conhecimento pessoal, existe um conjunto de infraestruturas na cidade que carecem de intervenção, quando há vinte anos que permanecem iguais.

Questionou depois o senhor Vereador Agostinho para quando estará prevista a conclusão do Relatório das comemorações do Programa “Montemor/03”.

Em resposta disse o senhor Presidente que o referido relatório se encontra em fase de elaboração e logo que concluído dele será dado conhecimento à Câmara.

Relacionado com a Conta de Gerência e com o saldo de tesouraria constante do referido documento no encerramento do ano, esclareceu o senhor Presidente que as verbas em causa não representam um activo da autarquia, dado tratar-se de verbas que legalmente a Câmara terá de reter, mas que deverão ser entregues aos competentes organismos públicos a que se destinam, sendo essa uma situação com que convivem todas as Câmaras Municipais.

Quanto à situação financeira da autarquia, concluiu o senhor Presidente afirmando que uma boa situação económico-financeira é aquela que permite ter capacidade de investimento e não o inverso e a Câmara de Montemor pode orgulhar-se de ter efectivamente uma boa situação económico-financeira.

Deliberação: A proposta de Conta de Gerência de dois mil e três foi aprovada com quatro votos a favor dos eleitos da CDU, um voto contra do senhor Vereador Agostinho e duas abstenções dos senhores Vereadores Leonardo Maia e Jorge Queiroz.

A proposta de Conta de Gerência de dois mil e três foi aprovada com quatro votos a favor dos eleitos da CDU, um voto contra do senhor Vereador Agostinho e duas abstenções dos senhores Vereadores Leonardo Maia e Jorge Queiroz.

Nos termos da lei, ambos os documentos deverão agora ser submetidos a aprovação da Assembleia Municipal.

8. SINDICÂNCIA À DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Usou inicialmente da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz referindo que o documento que dá suporte ao presente ponto da ordem de trabalhos foi apresentado na última reunião de Câmara, dele constando os fundamentos que lhe estão subjacentes, nada mais tendo a acrescentar neste momento.

Usou depois da palavra o senhor Presidente para referir que uma proposta de Sindicância deverá ter um fundamento que atinja a gestão dos Serviços em causa, neste caso a D.A.U.

Contudo (disse), no documento que é apresentado não constam nenhuns indícios ou factos que coloquem os referidos Serviços em causa. Há por isso necessidade, prosseguiu, que de uma forma genérica e sistematizada sejam expostos um conjunto de elementos que contrariem a lei e que desrespeitem as normas em vigor.

Disse depois o senhor Presidente que por parte dos eleitos da CDU, sempre que sejam conhecidos factos com bases credíveis, nunca tem existido o receio de proceder à abertura de processos semelhantes ou até mesmo disciplinares. Contudo, num Serviço onde trabalham mais de trinta funcionários seria a seu ver injusta a abertura de um processo desta natureza, porquanto iria levantar um conjunto de suspeições que seria penalizante para os trabalhadores daquele Serviço.

Assim, reafirmou, com base em factos concretos e fundamentados os membros do Executivo da CDU disponibilizam-se a analisar, discutir e votar todas as propostas que surjam, mas com base no documento apresentado pelos Vereadores do MCPM que não aponta factos concretos nem indícios credíveis, os eleitos da CDU votarão contra.

Usou de novo da palavra o senhor Vereador Queiroz para dizer que acima de tudo o que preocupa os eleitos do MCPM é o funcionamento correcto da Câmara. Existem factos que indiciam procedimentos pouco claros, sobre os quais não parece existir vontade de aprofundar, que têm a ver com a actividade pública e privada comprovadas, praticadas em simultâneo por parte de funcionários, actividades privadas na mesma área e que serão incompatíveis com a interferência, nomeadamente em processos de urbanismo.

Pelas razões expostas afirmou o senhor Vereador Queiroz que a bem da transparência e do rigor no funcionamento da Câmara deveria atender-se à proposta de realização da Sindicância.

Usou da palavra o senhor Vereador Agostinho para referir que o pedido da Sindicância à gestão urbanística da Câmara, surge no seguimento das suspeições levantadas por um munícipe em relação a um técnico da Câmara, assim como da ligação de dois funcionários do mesmo serviço de Administração Urbanística, a empresas do ramo imobiliário.

Terminou dizendo que a Câmara deveria tomar a iniciativa de pedir a uma entidade competente e idónea, a IGAT, um esclarecimento completo de toda a situação, iniciativa que só abonaria a favor da Câmara.

Seguidamente usou da palavra o senhor Vereador Maia para esclarecer que não tem nada de pessoal ou profissional contra qualquer funcionário da Câmara, embora alguns primem a sua conduta por o não cumprimentarem sobretudo no exercício das suas funções de Vereador.

Assim realçou que a proposta do MCPM não enferma de qualquer atitude de perseguição seja contra quem for, visando fundamentalmente acabar com o “diz que disse” com o qual somos frequentemente confrontados e que em nada abona a imagem da Câmara e dos funcionários dos serviços. Acusações iguais às produzidas sobre o arquitecto Pimenta de Aguiar são igualmente produzidas sobre outros funcionários sem que, infelizmente os munícipes ditos prejudicados tenham a coragem de fazerem uma participação como aquela que denunciou aquele técnico.

Sobre a questão levantada pelo senhor Presidente este Vereador esclareceu que a sindicância proposta não visa de forma nenhuma encontrar culpados tanto mais que ela não está direccionada contra ninguém em particular. Aliás, dentro desse espírito tanto se pode dizer que se pretende encontrar culpados como inocentes. Ela visa exclusivamente contribuir para o apuramento de condições de modo que todos os procedimentos da autarquia gozem do máximo de transparência, de credibilidade aceite por todos os munícipes e de isenção absoluta quer da parte do executivo quer de todos os funcionários.

Concluiu dizendo que seria de aproveitar a queixa apresentada por um munícipe contra o arquitecto Pimenta de Aguiar para se clarificar todas as situações da DAU, incluindo obviamente a situação objecto de informação à IGAT por parte dos vereadores do MCPM.

Fazendo depois uso da palavra começou a senhora Vereadora Helena por dizer que os serviços em causa estão sob a sua responsabilidade, pelo que, por maioria de razão, a ninguém mais do que a si própria, interessa ver devidamente esclarecida a presente situação, para bem de todos e sobretudo do bom nome da própria Instituição.

Afirmando-se conhecedora de longa data da Divisão de Administração Urbanística, onde desenvolveu actividade técnica ao longo de anos, a mesma Edil, disse discordar em absoluto com a instauração de uma Sindicância a propósito da reclamação do Munícipe face à atitude de um único Funcionário, por considerar incorrecto fazê-lo, até porque uma Sindicância incide sobre todo um serviço, enquanto que a reclamação escrita recebida se refere em exclusivo a um Técnico – para apurar da verdade ou inverdade destes factos o Estatuto do Funcionário Público postula a abertura de um processo de inquérito, pois então, que assim se faça.

Concluiu a sua intervenção dizendo que a Sindicância fomenta o “diz que disse” e não ajuda a clarificar. É por isso necessário que quem acusa dê a cara e concretize por escrito as suas suspeições e nesses casos, mediante denúncias concretas, a Câmara estará sempre aberta a discutir e votar os consequentes procedimentos disciplinares.

Interveio depois o senhor Presidente para dizer que uma coisa são as conversas e os comentários que se fazem correr e outra são questões e factos objectivos que devem ser apurados com a instauração de processos do tipo daquele que é proposto. Contudo, as conversas, os boatos, o diz que disse são situações que nunca tem um fim e, por isso, não se resolvem com este tipo de inquéritos que até podem ser contraproducentes se não tratarem de questões concretas e identificadas. No caso em apreço uma Sindicância abrange um Serviço, levantando a dúvida sobre o seu funcionamento e terá como consequência fomentar ainda mais as conversas e as suspeições, ficando sempre algum mal-estar entre as pessoas visadas, ainda que nada venha a ser provado, razão pela qual disse não se afigurar correcto que essa seja a melhor forma de resolver o problema, julgando mesmo que a ser aprovada a proposta apresentada, o seu efeito poderá ser contraproducente. No entanto, existindo dados concretos, os mesmos deverão ser analisados e definidas as formas de actuação que sobre eles devem recair.

Paralelamente disse o senhor Presidente considerar legítimo que os Vereadores do MCPM tenham optado, sem dar conhecimento à Câmara, por colocar junto da IGAT as questões que consideram pertinentes ver esclarecidas relativamente ao funcionamento da DAU, presumindo o próprio que o processo em causa esteja a seguir a sua tramitação, uma vez que a Câmara foi contactada nesse sentido. Contudo, concluiu, já não lhe parece correcto que tendo tomado aquela opção venham agora dizer que a Sindicância se justifica por alegadas questões que nem sequer referem na proposta de Sindicância, de que não deram conhecimento à Câmara e que pediram a actuação de outra entidade.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Maia referindo uma experiência por que passou enquanto responsável por uma Divisão de Serviços do I.V.V. em que um processo de Auditoria que recaiu sobre o referido Serviço não teve o resultado vaticinado pelo senhor Presidente, mas antes permitiu apurar o que estava errado no Serviço e os funcionários sobre os quais nada foi provado passaram a ficar numa situação mais reconfortante, uma vez que sobre eles deixou de haver suspeições.

Voltou a intervir o senhor Presidente para dizer que sempre tem defendido que deveriam efectuar-se inspecções periódicas às Câmaras, pelo menos uma vez por mandato. Na Câmara de Montemor a última inspecção teve lugar à cerca de quatro anos, incidindo sobre os Serviços da DAU e da DAF acções de controle que considerou importantes do ponto de vista do acompanhamento e até da melhoria e correcção de procedimentos, mas, neste caso em concreto, a Sindicância teria outras consequências nefastas para um conjunto de funcionários que não terão minimamente nada a ver com o assunto em questão.

Também o senhor Vereador Agostinho Simão voltou a usar da palavra para referir que existem nesta matéria três casos concretos um com as suspeições manifestadas por um munícipe sobre o desempenho profissional do Arquitecto Pimenta de Aguiar e mais dois casos relacionados com outros tantos funcionários que têm ligações a empresas do ramo imobiliário, havendo por conseguinte matéria mais que suficiente para avançar com a Sindicância, que deverá ser efectuada por uma entidade (a IGAT) competente e idónea.

No que se refere aos funcionários abrangidos, disse o senhor Vereador Agostinho que os mesmos não se devem sentir incomodados, mas pelo contrário deverão até ficar satisfeitos com a iniciativa e com o facto de ficar provado que a sua conduta é exemplar e que não estão envolvidos em procedimentos menos claros. Concluiu dizendo que o desejável para os Serviços é a não existência de quaisquer suspeições, mas, desde que confrontada com elas a Câmara deve tomar a iniciativa de esclarecer todas as dúvidas levantadas.

Também o senhor Vereador Jorge Queiroz voltou a intervir para referir que todos os especialistas consideram em termos gerais que estes fenómenos de mistura de interesses a opacidade, de que faz parte o fingir que não se vê, são característicos do sub-desenvolvimento, e do atraso dos países. A magistrada Dra. Maria José Morgado, que foi recentemente Directora da Polícia Judiciária tem vindo a chamar a atenção do País e das autoridades e a revelar a existência de fraudes e corrupção, um sistema triangular que envolverá dirigentes desportivos em particular do futebol, construtores civis e autarcas. Os recursos do País devem ser canalizados para o seu desenvolvimento e não para fins menos lícitos. Assim considera que sempre que haja indícios de algo menos claro é necessário esclarecer e actuar preventivamente para evitar males maiores.

Interveio depois a senhora Vereadora Helena Paixão para dizer que ninguém está a fazer que não vê, nem ninguém anda suficientemente distraído, bem pelo contrário, tal como segundo crê todo o executivo defende a instauração de medidas que permitam apurar se existem eventuais irregularidades. No que, pelos vistos, não há acordo é sobre a forma de apurar os factos.

A mesma Edil referiu então que, por seu lado, pretende propor ou accionar os diversos mecanismos que a Lei disponibiliza, mas de forma adequada a cada situação, o que no presente caos quer dizer “abertura de processo de averiguação” e não Sindicância.

Encerrou a discussão o senhor Presidente para dizer que os dois únicos casos identificados pelos Vereadores do MCPM estão em tratamento. O único caso objectivo denunciado deu origem imediata, por iniciativa da Vereadora do Pelouro e do Presidente, à abertura pela Câmara de um processo de inquérito. Contudo, o senhor Vereador Queiroz tenta agora levantar dúvidas sem concretizar sobre a gestão eleita e isso o senhor Presidente disse não aceitar. Recordou que os problemas que o Vereador Queiroz identificou como sendo típicos do subdesenvolvimento ou de fraca cultura democrática se verificaram e verificam em países como a Itália, a França, os EUA ou a Espanha pelo que terão mais a ver com o modelo neo-liberal dominante. No documento apresentado pelo MCPM fala-se em indícios, factos e comportamentos que não estão no entanto fundamentados e que carecem por isso de identificação para que sobre eles se possa actuar. A concretização de tais indícios por parte do MCPM, quando surgirem, levará a CDU a aprovar sem reservas a instauração do respectivo processo de averiguação, sendo sobre o método a utilizar que recaem as divergências entre as posições assumidas por ambas as partes.

Deliberação: A Câmara deliberou rejeitar a proposta de Sindicância, conforme documento apresentado na última reunião de Câmara pelos Vereadores do MCPM, com quatro votos contra dos eleitos da CDU e três votos a favor dos Vereadores do MCPM.

Declaração de voto dos eleitos da CDU: *“1. Uma proposta de Sindicância, como a apresentada pelos Vereadores do MCPM, pressupõe a existência identificada e clara de, como os próprios afirmam, um conjunto de “indícios, factos e comportamentos” que atinjam a generalidade de um serviço no caso a Divisão de Administração Urbanística. A não identificação clara de “indícios, factos e comportamentos” que atinjam o Serviço em si, a simples afirmação genérica da sua hipotética existência não se constituem como base suficiente para a abertura ou o pedido de abertura de um processo com o peso de uma sindicância. Cabe, portanto, àqueles Vereadores apresentar, ao menos, indícios palpáveis e generalizados de eventuais práticas em desconformidade com a lei e/ou de beneficiação ou penalização de munícipes pela Divisão de Administração Urbanística.*

2. Os únicos indícios de eventual desconformidade com a lei que apontaram até ao momento são pontuais, apenas dois, prendem-se com dois funcionários e, por opção dos Vereadores do MCPM foram pelos próprios encaminhados para a IGAT sem conhecimento prévio à Câmara e, supõe-se, o respectivo processo segue o seu curso normal naquele organismo. Convirá, contudo, referir que aquela comunicação à IGAT pelos Vereadores do MCPM assumiu claros objectivos políticos de enviesado ataque aos Eleitos pela CDU e, em particular, ao Presidente da Câmara.

3. Tem sido prática permanente dos Eleitos da CDU, desde que perante dados credíveis, a imediata abertura de inquéritos ou mesmo de processos disciplinares a situações que o justifiquem.

4. Os Eleitos pela CDU votam contra a proposta de sindicância à Divisão de Administração Urbanística porque, sem qualquer base credível, aquela acção dos Vereadores do MCPM colocaria irresponsavelmente sobre suspeição inadmissível mais de trinta funcionários da Câmara podendo pôr em causa o seu bom nome.

5. Os Eleitos pela CDU, que actuarão implacavelmente face a comprovadas práticas ilegais e/ou de favorecimento ilícito de quaisquer tipo de interesses, afirmam a sua confiança na seriedade e profissionalismo da generalidade dos trabalhadores da Câmara e, em particular, dos que integram a Divisão de Administração Urbanística.”

Declaração de voto dos eleitos do MCPM: “Votamos a favor da proposta de pedido de Sindicância à gestão urbanística da Câmara Municipal, porque consideramos ser uma iniciativa justa, correcta e legal, face às informações e factos já detectados e que indiciam a presença de interesses privados no urbanismo municipal. Julgamos que qualquer intervenção clarificadora deverá ser orientada por entidade externa à Câmara Municipal, preconizando os Vereadores do MCPM que a IGAT é o organismo especializado e idóneo para a realizar. Não temos objectivos políticos de atingir quem quer que seja, mas desejamos clarificar todas estas situações.”

9. PROGRAMA DO CASTELO/ARQUEOLOGIA

No âmbito supracitado o senhor Presidente apresentou a seguinte comunicação:

“No âmbito do Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo têm vindo a concretizar-se, de forma permanente, trabalhos arqueológicos diversos segundo o planeamento anualmente aprovado.

Recentemente foi disponibilizado o 1º Relatório de Progresso referente à Intervenção Arqueológico em Santa Maria da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo decorrente dos trabalhos ali efectuados no ano de 2003.

Com intuits informativos, disponibiliza-se o referido Relatório o qual pode, para a reunião de Câmara, ser consultado por solicitação ao Secretariado.”

10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Tendo transitado da última reunião de Câmara, o senhor Vereador Agostinho apresentou, em nome dos eleitos do MCPM, a posição do referido Movimento, face ao Relatório apresentando pelo senhor Presidente da Câmara, relativo à Avaliação sobre o Direito de Oposição, o qual é do seguinte teor:

“Para análise na reunião camarária de 31 de Março de 2004 receberam os três Vereadores eleitos pelos cidadãos montemorenses nas listas do Movimento Cívico Pró-Montemor – MCPM um documento intitulado “Relatório de Avaliação sobre o Direito de Oposição” assinado pelo Presidente da Câmara de Montemor-o-Novo.

Um relatório deste género pressupõe, obviamente, a perspectiva de quem não está com funções executivas no governo municipal, no que por simplificação terminológica se designa por “oposição”, a qual terá de avaliar se lhe são ou não correctamente prestadas pela maioria as informações sobre os assuntos públicos, se é ou não respeitado o direito de participação dos Vereadores, se existe ou não prática democrática e o cumprimento da legalidade na autarquia.

O texto elaborado no habitual estilo auto-elogioso e paternalista, integra-se na retórica que vamos lendo e ouvindo. Esta versão de relatório da maioria para além da invocação de algumas formalidades, dado que outras são sempre esquecidas, e de um conjunto de frases retiradas de um qualquer manual do “politicamente correcto”, descreve uma situação ficcionada pelo autor(es) bem diferente do que a realidade se nos apresenta diariamente e à qual vimos assistindo reunião após reunião.

Vejamos a “democracia” local na versão CDU/PCP de Montemor-o-Novo:

SOBRE A DEMOCRATICIDADE E TRANSPARÊNCIA

1 – Não foram propostos com seriedade política quaisquer pelouros aos Vereadores do Movimento Cívico Pró Montemor no início do mandato, nem no decorrer deste. O Partido Comunista, há anos com uma roupagem CDU, embora continue a perder votos e mandatos no País e em Montemor-o-Novo, ganhou as eleições autárquicas neste município, pelo que um Movimento democrático como o MCPM considerou que

deveriam ser dadas todas as condições para governar, aprovando as distribuições de pelouros e delegações de competências. Contudo os Vereadores do MCPM em representação de cerca de 40% dos eleitores não abdicaram nem abdicarão de acompanhar os assuntos municipais, de exigir informações correctas e verdadeiras a que legalmente têm direito sobre todos os assuntos de natureza pública sobretudo os que envolvem direitos dos cidadãos, recursos humanos, materiais e financeiros da população, que permitam a análise decisões municipais. A gestão pública tem de estar enquadrada na legalidade do Estado de Direito e por princípios de isenção e transparência.

Desde Janeiro de 2002 nunca o PCP/CDU manifestou qualquer interesse em atribuir pelouros, mas convém-lhes fazer constar para consumo interno, na linha do maniqueísmo que sempre praticaram, afirmar que os outros “não querem trabalhar”, sendo eles os diligentes e incansáveis autarcas que só trabalham para bem do povo.

2 – Invocando abusivamente o nome da Câmara Municipal o Presidente da Câmara e o seu grupo continuaram em 2003 a organizar e a apoiar diversas iniciativas de algumas Associações e entidades externas sem dar conhecimento ao órgão com competência exclusiva legal para decidir, a Câmara Municipal constituída por sete eleitos. Esta situação está profusamente documentada, atestam-no folhetos e programas distribuídos que poderão ser confrontados com as deliberações camarárias sobre as mesmas matérias, que evidentemente não existem.

Chegou-se ao ponto do Presidente da Câmara ter pessoalmente convidado uma dirigente de uma Associação local, por coincidência membro da sua lista política nas eleições autárquicas de 2001, para vir apresentar na própria reunião camarária um projecto associativo que se pretendia financiar com verbas da autarquia. Esta prática de excepção e privilégio não é adoptada com qualquer outra Associação e revela uma prática de compadrio e desigualdade de tratamento entre Instituições.

3 – Manteve-se em 2003 a falta de transparência na atribuição de apoios e subsídios, actos que afrontam as regras de um Estado de Direito, a obrigação de isenção e imparcialidade da administração pública. Os Vereadores do MCPM abstiveram-se ou votaram contra todas estas deliberações assumidas sem fundamento normativo, decididas por maioria simples à revelia de qualquer regulamento municipal aprovado pelos órgãos competentes do Município.

A actual maioria em claro desrespeito pelas suas decisões colectivas continuou sem dar cumprimento à deliberação unânime da reunião camarária de 3 de Julho de 2002 de elaboração de um regulamento municipal que defina os apoios às Instituições sem fins lucrativos, o qual deveria de acordo com a mesma deliberação estar concluído em finais de 2002. Estes factos atestam o desrespeito da maioria PCP/CDU pela própria Câmara Municipal, pelos direitos das Instituições e dos cidadãos. Agrada-lhes a situação actual que estimula toda a espécie de arranjos de bastidores.

Também durante o ano de 2003 continuou sem cumprimento o compromisso do Presidente da Câmara de apresentar em reunião camarária as conclusões de uma negociação com uma instituição sem fins lucrativos, alvo de actos agressivos incompatíveis com o regime democrático e um Estado de Direito. Segundo se sabe nunca promoveu qualquer negociação e continua sem prestar contas das mesmas em reunião camarária. O Presidente da Câmara não responde, o que é ilegal, ao requerimento dos Vereadores apresentado pelos Vereadores do MCPM na reunião camarária de 9 de Julho de 2003 (Acta nº15, pág.6).

4 – Afrontando as recomendações inequívocas que lhe foram enviadas pelos Senhores Provedor de Justiça e Inspector-Geral da Administração do Território, fundamentadas na Lei e em pareceres dos respectivos serviços jurídicos, o Presidente da Câmara (baseando-se unicamente em pareceres de um jurista avançado) e os três Vereadores do PCP/CDU que o acompanham continuaram em 2003 a impedir ilegalmente o acesso de um Vereador do MCPM residente fora do concelho aos apoios às deslocações que o Estatuto dos Eleitos Locais lhe confere. O Presidente da Câmara, recusou-se sempre a pedir pareceres de órgãos isentos, ocultou informações não dando conhecimento ao executivo das recomendações recebidas de órgãos do Estado da maior credibilidade democrática e institucional como o Provedor de Justiça e a Inspecção-geral da Administração do Território. O Vereador sujeito desde o início do mandato a esta coacção ilegal e antidemocrática, que reside no concelho de Tavira e aí exerce a sua profissão, continuou em 2003 a custear do seu próprio bolso o exercício de funções públicas.

5 – Em 2003 continuou sem ser apresentada à Câmara, a nova versão do regimento para funcionamento das reuniões camarárias, no início do mandato prometida pela maioria, que continua a impedir que as reuniões camarárias sejam gravadas, alegando hipotéticas “burocratização” e razões “técnico-

administrativas”. Com total incoerência o mesmo grupo político aceita e promove as gravações das reuniões da Assembleia Municipal, sem invocação de idênticas razões.

6 – Em 2003 organizaram-se visitas às freguesias anunciadas incorrectamente nos folhetos distribuídos como sendo do “Presidente da Câmara e Vereação”. Quase metade do executivo não tem previamente conhecimento destas iniciativas nem é convocado ou convidado a estar presente. Este é mais um exemplo da “democracia” deste grupo político.

7– O Presidente da Câmara continuou em 2003 sem prestar qualquer informação à Câmara Municipal sobre a sua gestão de recursos humanos. Segundo nos foi possível conhecer esta “gestão de pessoal” caracteriza-se no fundamental pela selecção de pessoas da confiança político-partidária, de destacados e conhecidos militantes colocados a dirigir projectos de património, a assessorar a Imagem do grupo, a chefiar serviços municipais, a secretariar.

8– A situação na área do urbanismo é crítica e aconselha urgente uma análise profunda e detalhada por parte de entidades de tutela, nomeadamente da Inspeção Geral da Administração do Território, sobre o que se tem passado. Funcionários do urbanismo, comprovadamente sócios de empresas privadas operando na área funcional (mediação imobiliária, construção civil ...) e no concelho continuaram em 2003 a dar pareceres e a intervir sobre processos municipais de urbanismo. O Presidente da Câmara continua sem explicar à Câmara Municipal porque foram omitidos na listagem de funcionários autorizados pela autarquia a exercer em simultâneo funções privadas, informações estas correctamente solicitadas pelos Vereadores do MCPM, os nomes dos técnicos municipais sócios de mediadoras e empresas de construção civil. Continua também por explicar porque, apesar de a Câmara Municipal possuir Chefe de Divisão da Administração Urbanística, arquitectos e engenheiros, um destes funcionários, com a categoria profissional desenhador-especialista, apresentou durante anos assuntos do urbanismo municipal nas reuniões camarárias, conforme consta das actas.

9 – Em 2003 a maioria PCP/CDU tentou impedir (em 2002 não foi sequer convidado) e prejudicar a presença do MCPM na Feira da Luz, declarações que constam de actas camarárias. À revelia do dever de imparcialidade e isenção a que a Câmara está obrigada os membros do PCP/CDU na autarquia preocupam-se em continuar a privilegiar uma única organização partidária (com stand do PCP e organizações afins em frente ao palco principal, facilidades “especiais” para o restaurante,..). Atribuíram sem qualquer concurso e sem contrapartidas para a Câmara a exploração da Feira do Livro a uma empresa privada. Solicitados os documentos da negociação entre os representantes da Câmara e a distribuidora escolhida, estes nunca foram facultados para análise dos Vereadores, pelo que este processo carece de fundamentação legal.

10 - É grande a dificuldade de obtenção de informações fidedignas e fiáveis sobre os processos na autarquia e estão confirmadas declarações do Presidente da Câmara na reunião camarária de 6 de Agosto de 2003, que não correspondem à verdade, facto este gravíssimo. O Presidente da Câmara não responde há meses aos dois requerimentos dos Vereadores do MCPM solicitando cópia de uma notificação do Tribunal sobre assuntos de natureza pública que declarou à Câmara desconhecer (Acta nº17 de 6 de Agosto de 2003, pág.5) e que depois se veio a verificar que ter sido assinada pelo próprio declarante em Janeiro de 2003.

O MCPM é uma força política independente constituída por cidadãos que não se identificam e não pactuam com estes fenómenos negativos que descrevemos, que pervertem e degradam a democracia e lesam a credibilidade do Poder Local.

Para além de pouca obra feita e muita propaganda gasta (centenas de milhares de euros gastos na imagem), o que caracteriza a gestão dos representantes do Partido Comunista/CDU na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo são o desrespeito pelas leis e o atraso na resolução dos principais problemas do concelho. A indiferença pelos mais desfavorecidos, está bem patente nas políticas de habitação social e de emprego, que neste concelho por parte da autarquia não existem. O desrespeito pelo Estado de Direito, o não cumprimento das recomendações do Provedor de Justiça e do Inspector Geral da Administração do Território retrata bem um ideário político e uma prática não democráticas e de abuso de poder.

Não vislumbramos em Montemor-o-Novo qualquer mudança de atitude no sentido do respeito da maioria pelos direitos dos eleitos, das Instituições e dos cidadãos.

Os Vereadores eleitos pelos cidadãos montemorenses nas listas do Movimento Cívico Pró Montemor continuarão como até aqui sempre o fizeram a bater-se por uma democracia local verdadeira, por um Montemor-o-Novo democrático desenvolvido.”

Disse seguidamente o senhor Presidente que o documento repete a linguagem grosseira sistematicamente utilizada pelos eleitos do MCPM, extravasando largamente as questões colocadas no Relatório de Avaliação, o qual terá a resposta adequada na próxima reunião de Câmara.

11. PROJECTO DE ACTA N.º 6

Aprovação da acta número seis, referente à reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezassete de Março de dois mil e quatro

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida acta foi aprovada por unanimidade, tendo-lhes sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

11. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

Neste ponto da ordem de trabalhos não participou a senhora Vereadora Helena Paixão.

Segurança na Z.I.A.

No período reservado ao atendimento de munícipes compareceu o senhor Joaquim Ladeiras, o qual disse ter sido contactado por um grupo de industriais da Zona Industrial da Adua que lhe propuseram a segurança às infraestruturas particulares localizadas na Z.I.A., assegurando-lhe a remuneração. Perguntou se da parte da Câmara Municipal haveria algum inconveniente e para uma maior segurança propunha o encerramento com correntes de três ruas entre as zero e as cinco horas, possibilitando assim um maior controle.

Informou também que já tinha exposto o assunto num atendimento ao senhor Vereador Caldeira solicitando um contentor para se poder resguardar.

Interveio o senhor Vereador João Caldeira para confirmar o contacto, dizendo ainda não ter tido oportunidade de discutir o assunto colectivamente.

Disse depois o senhor Presidente que recentemente houve alterações legislativas sobre a actividade dos guardas nocturnos, a qual não se encontra ainda regulamentada. Na anterior lei a Câmara não tinha nada a ver com a questão dos guardas nocturnos, mas de acordo com a nova legislação as autarquias passam a ter intervenção nessa área, faltando no entanto publicar a respectiva regulamentação.

Referiu no entanto desconhecer o actual ponto de situação face às alterações legislativas ocorridas. Nesse sentido, só depois de analisado o enquadramento da autarquia na nova legislação, se poderá então determinar o tipo de intervenção que a Câmara deverá ter neste domínio.

Voltou a intervir o senhor Ladeiras para referir que o Sargento do Posto da GNR de Montemor o informou que caso a Câmara manifeste o seu acordo, a GNR disponibilizar-lhe-à uma arma para o serviço em causa.

Questionou depois o senhor Vereador Maia sobre a razão pela qual se propõe o encerramento das ruas, ao que o senhor Ladeiras respondeu que tal se deve ao facto de se assistir frequentemente a roubos e circulação de veículos nas ruas durante a noite.

Concluiu o senhor Presidente dizendo que no decurso da próxima semana é possível que se possa dar uma resposta à questão colocada pelo senhor Ladeiras.

Em seguida retirou-se o referido munícipe, agradecendo a atenção que lhe havia sido dispensada.

Novo Campo de Jogos

Foram em seguida atendidos três elementos dos Órgãos Sociais do Râguebi Clube de Montemor - Paulo Xavier, João Batista Malta e Jaime Cornacho Ribeiro -, questionando sobre o andamento do processo relativo à construção no novo campo de jogos, onde o RCM possa vir a praticar Râguebi, uma vez que o acordo que tinham com o GUS para utilização do estádio 1.º de Maio, em que pagavam cento e vinte cinco euros por cada jogo (sem que, por sua iniciativa, tenham entretanto utilizado o campo para treinos), cessou

em Janeiro do corrente ano e daí em diante têm jogado no Campo dos adversários mesmo quando deveriam jogar em “casa”, por não possuírem campo relvado onde obrigatoriamente terão que ser disputados os jogos.

Tendo cessado o acordo existente com o GUS, solicitaram os representantes do RCM que a Câmara pudesse servir de intermediário na renegociação que permita ao Râguebi voltar a utilizar o campo relvado por mais uma época, tendo em conta que estando o Clube neste momento a disputar o campeonato nacional da segunda divisão B, numa altura em que está posicionado no décimo terceiro lugar (subiram este ano um lugar) no ranking nacional e quando três dos seus atletas foram seleccionados para competir na primeira divisão, é em seu entender justo que ao menos possam dispor de outros meios e de infraestruturas adequadas, sem ter de recorrer ao campo dos adversários para poder disputar os encontros do calendário nacional e da Taça de Portugal em que se encontram a participar, situação que para além de tudo o mais é desmotivante para quem joga, sendo pelo conjunto de razões referidas que decidiram solicitar o auxílio da autarquia, para o qual formalizarão o respectivo pedido de colaboração através de ofício

Sobre a actual situação financeira do Clube informaram os directores do RCM que apesar de terem recebido o subsídio ordinário da Câmara que não chegou para cobrir a despesa suportada com a utilização do campo do Grupo União Sport, ainda assim conseguem neste momento ter um saldo positivo de cerca de mil euros.

Questionaram depois os responsáveis do CMM para quando estará prevista a construção do campo relvado sintético.

Fazendo depois uso da palavra disse o senhor Vereador João Marques ter acompanhado de perto o crescimento do Clube durante alguns anos em que foi praticante da modalidade, constatando com alguma tristeza que o RCM seja obrigado a disputar os jogos que deveriam ter lugar em Montemor, no campo dos adversários, considerando que a posição assumida pelo GUS é de alguma forma incompreensível, tanto mais que se trata apenas de um insignificante número de jogos, dado que os treinos tinham lugar no campo de terra batida. Tendo presente o pedido formalizado pelos responsáveis do RCM hoje aqui presentes, o senhor Vereador João Marques disse ir analisar a situação em causa.

No que se refere ao campo relvado sintético disse o senhor Vereador que neste momento o respectivo caderno de encargos para lançamento do concurso de concepção/execução está em fase de conclusão, restando apenas acertar alguns pormenores quanto à questão da pista de atletismo e também quanto à afectação de uma pequena parcela de terreno necessária à construção da referida infraestrutura desportiva.

Disse depois o senhor Presidente que perante o problema colocado pelo RCM será necessário encontrar soluções para avançar, de acordo também com o anteriormente afirmado pelo Vereador do Pelouro.

No que concerne ao novo campo de jogos informou o senhor Presidente ter solicitado há já algum tempo uma reunião com o Dr. João Paulo Bessa, que ainda não se realizou por dificuldades de agenda do referido Coordenador Nacional do Quadro Comunitário de Apoio III - Desporto.

No entanto as negociações e a garantia de que o referido campo sintético será construído em Montemor estão asseguradas. Entretanto, tomou a iniciativa de contactar o senhor Presidente da CCDRA para lhe transmitir que a Câmara de Montemor mantém o interesse na construção da pista de atletismo distrital tendo em conta que os três candidatos que se encontravam melhor posicionados para poderem optar pela sua construção, vieram a manifestar o seu desinteresse na candidatura, tendo nessa altura a Câmara de Montemor informado a CCDR que estaria interessada em trazer essa infraestrutura para Montemor.

Disse depois o director do Râguebi Clube de Montemor, Dr. Paulo Xavier, que numa conversa mantida com o referido Coordenador do QCA III, este lhe terá transmitido que a solução apontada pela Câmara de Montemor não seria a melhor, no sentido de permitir vir a alcançar o valor máximo de financiamento.

Referiu em seguida o senhor Vereador João Marques que o Estudo Prévio da obra já foi remetido para análise, dele constando o campo de jogos e a pista de atletismo como uma empreitada única, ainda que em termos de financiamento as candidaturas surjam em separado com a pista por um lado e o campo por outro.

Voltou a intervir o senhor Presidente para dizer que neste momento falta tão somente concretizar a reunião solicitada ao Dr. Bessa por forma a acertar alguns aspectos que ainda carecem de clarificação, estando tudo o resto em perfeito andamento, inclusive a questão da passagem dos cabos eléctricos por via subterrânea.

Disse ainda o Dr. Xavier que o RCM passou recentemente por um sobressalto em termos directivos que felizmente se encontra debelado, estando já a trabalhar com vista à contratação de um treinador francês para o Clube, que irá fazer a supervisão dos escalões de formação, atendendo a que também está prevista a realização de algumas iniciativas no âmbito do desporto escolar.

Por outro lado referiu também que o RCM assinou recentemente um protocolo com o Instituto da Ciência e Tecnologia de Paris, para que alguns jovens com elevada aptidão rãguebística possam usufruir de algumas mordomias em termos desportivos, proporcionadas por aquela instituição francesa de alta proficiência. Retiraram-se em seguida os membros do RCM que antes agradeceram a atenção e o conjunto de esclarecimentos que lhe havia sido prestada.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do numero três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

O ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA,